

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ

DANIELA BISSANI FURLIN WALESKO
FRANCIELE PALACIO IDALGO

O DOCENTE FRENTE AO TRABALHADOR-ALUNO: A VIDA ACADÊMICA E OS
OBSTÁCULOS NA FORMAÇÃO DO ENSINO SUPERIOR NOTURNO

CURITIBA
2015

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ

DANIELA BISSANI FURLIN WALESKO
FRANCIELE PALACIO IDALGO

O DOCENTE FRENTE AO TRABALHADOR-ALUNO: A VIDA ACADÊMICA E OS
OBSTÁCULOS NA FORMAÇÃO DO ENSINO SUPERIOR NOTURNO

Trabalho apresentado como requisito parcial à obtenção
do grau de Pedagoga no curso de graduação em
Pedagogia, Setor de Educação Profissional da
Universidade Federal do Paraná.

Orientadora: Profa. Dr^a Noela Invernizzi Castilho

CURITIBA
2015

TERMO DE APROVAÇÃO

**DANIELA BISSANI FURLIN WALESKO
FRANCIELE PALACIO IDALGO**

**O DOCENTE FRENTE AO TRABALHADOR-ALUNO: A VIDA ACADÊMICA E OS
OBSTÁCULOS NA FORMAÇÃO DO ENSINO SUPERIOR NOTURNO**

Trabalho apresentado como requisito parcial à obtenção do grau de Pedagoga no curso de graduação em Pedagogia, pela seguinte banca examinadora:

Profa. Dr^a Noela Invernizzi Castilho
Orientadora - Setor de Educação Profissional da Universidade
Federal, UFPR.

Profa. Dr^a Ana Lorena de Oliveira Bruel
Setor de Educação Profissional da Universidade
Federal, UFPR

Curitiba, 03 de dezembro de 2015.

AGRADECIMENTOS

Agradecemos a Deus, fonte de fé e de sabedoria, nosso pai protetor. Temos certeza que sem ele não teríamos forças para concluir esta jornada.

Em segundo lugar, aos nossos familiares, pais e maridos, que nos apoiaram e souberam nos dar o estímulo necessário para que fossemos em frente. Foram pacientes e entenderam que, por vezes, precisávamos nos ausentar para nos dedicarmos ao nosso sonho de conquistar o tão desejado diploma de Pedagogas. Nós os amamos!

Não podemos nos esquecer dos grandes mestres que trilharam essa caminhada conosco, nos orientando, nos estimulando e também nos trazendo de volta quando nós mesmos não sabíamos mais para onde ir.

Agradecemos também a nossa querida orientadora Noela Invernizzi, que soube nos guiar na construção desta pesquisa.

E por fim, temos que reconhecer o papel fundamental que nós, Daniela e Franciele, tivemos, uma para outra. Construímos uma relação de troca e de parceria que ao longo dos anos foi para além das paredes da Universidade e passou a fazer parte de nossas vidas. Uma amizade sincera que pretendemos levar para o resto de nossas vidas. Querida amiga, obrigada pelo apoio!

“Que os vossos esforços desafiem as impossibilidades, lembrai-vos de que as grandes coisas do homem foram conquistadas do que parecia impossível.”

Charles Chaplin

RESUMO

Este estudo teve por objetivo analisar a percepção do docente quanto ao seu trabalho frente à formação acadêmica do trabalhador-aluno. Para tanto se fez necessário determinar quais são as características específicas destes alunos, analisar a evolução do ensino superior noturno no país, examinar as políticas públicas para a expansão da educação superior e, enfim, chegar ao papel do docente na educação superior noturna. A pesquisa baseou-se na revisão da literatura sobre as temáticas elencadas e em estudo de caso no curso noturno de Pedagogia da UFPR. A pesquisa empírica foi desenvolvida por meio de um questionário aplicado a 11 docentes. Os resultados dos questionários foram analisados em diálogo com os achados apresentados por estudos anteriores sobre a temática. A pesquisa mostrou a relevância do professor para a vida acadêmica dos trabalhadores alunos, no que diz respeito à compreensão de suas condições específicas de estudo e à sua capacidade de adaptação de métodos pedagógicos, condições materiais e tempos a essas circunstâncias. O professor tem ainda papel substancial no incentivo à permanência dos trabalhadores alunos na universidade.

Palavras chaves: Trabalhador-aluno, ensino superior, docente, formação acadêmica.

ABSTRACT

The goal of this study was to analyze the role of university professors in the academic education of working students. For that purpose, it was necessary to determine what are the specific characteristics of these students; to analyze the evolution of high education evening courses in the country; to examine the public policies for the expansion of high education and, finally, to study the role of professors in university evening courses. The research was based on a literature review on the aforementioned themes and on a case study carried out at the Education evening course of the Federal University of Paraná. The empirical research was developed through a survey conducted with 11 professors. The results of the survey were analyzed in dialogue with previous studies on the subject. The research showed the relevance of professors for the academic life of working students regarding their ability to understand the specific conditions of such students and their capability to adapt pedagogical approaches, material conditions and time to such circumstances. Professors have, in addition, a substantial role in stimulating the working students to keep enrolled at the university.

Key words: working student, high education, professor, academic education.

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 2.1 – Ingressantes em cursos de graduação das esferas pública e privada (2003-2013).....	21
Gráfico 2.2 - Percentual do número de cursos de graduação, segundo a categoria administrativa em 2012.....	25
Gráfico 2.3 - Número de alunos bolsistas por turno.....	26

LISTA DE FIGURA

Figura 2.1 – Número de instituições de educação superior (públicas e privadas), segundo a região geográfica – Brasil- 2012.....	24
---	----

LISTA DE TABELAS

Tabela 2.1 - Matrículas no ensino superior no Brasil por turno e categoria administrativa em 2008.....	22
Tabela 2.2 - Evolução do número de instituições de educação superior públicas e privadas.....	23
Tabela 2.3 - Média de vagas e inscritos por categoria administrativa segundo o turno do curso presencial (Brasil, 2012).....	24
Tabela 4.1 - Perfil dos professores entrevistados quanto a atuação e experiência.....	43
Tabela 4.2 - Características específicas dos estudantes do período noturno, segundo os docentes.....	45
Tabela 4.3 - Características dos alunos que não trabalham.....	46
Tabela 4.4 – Os fatores que contribuem a precarizar a formação dos estudantes, segundo os professores.....	47
Tabela 4.5 - Participação dos docentes em discussões sobre o ensino noturno segundo anos de experiência.....	50
Tabela 4.6 – Diferenciação de métodos de trabalho nos períodos noturno e diurno.....	51
Tabela 4.7 – Aspectos positivos advindos do trabalho para a formação.....	52
Tabela 4.8 - Condições adequadas e adversas da estrutura da do curso.....	54

LISTA DE ABREVIATURAS E/OU SIGLAS

ENEM - Exame Nacional do Ensino Médio

ES - Educação Superior

FIES - Fundo de Financiamento Estudantil

IES - Instituição de Ensino Superior

INEP - Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira

LDB - Lei de Bases e Diretrizes da Educação Nacional

MEC - Ministério da Educação

NDE - Núcleo Docente Estruturante

PNE - Planejamento Nacional da Educação

PPP - Projeto Político Pedagógico

PROUNI - Programa Universidade para Todos

REUNI - Reestruturação e Expansão das Universidades Federais

SEMESP - Sindicato das Entidades Mantenedoras de Estabelecimentos de Ensino Superior do Estado de São Paulo

SENAI - Sistema Nacional de Aprendizagem Industrial

UFPR - Universidade Federal do Paraná

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO.....	12
2 DO INÍCIO AO FIM, OU AO FUTURO: EVOLUÇÃO DO ENSINO NOTURNO PARA A CLASSE TRABALHADORA.....	14
2.1 EXPANSÃO DO ENSINO SUPERIOR NOTURNO NO BRASIL – 1930-1994	14
2.2 AS POLÍTICAS DE PROMOÇÃO DO ENSINO SUPERIOR NOTURNO E A PRIVATIZAÇÃO DA OFERTA.....	18
3 QUEM É O ESTUDANTE DO ENSINO SUPERIOR NOTURNO E QUAIS SÃO AS SUAS DIFICULDADES DIÁRIAS PARA ESTUDAR?.....	29
3.1 DIFERENTES TIPOS DE ALUNOS QUE INGRESSAM AO ENSINO SUPERIOR.....	29
3.2 OS EFEITOS DO TRABALHO SOBRE AS CONDIÇÕES DE ESTUDO.....	31
3.3 AS CONDIÇÕES DE ESTUDO COMO CONDIÇÃO DE ESTÍMULO E PERMANÊNCIA NA UNIVERSIDADE.....	34
4 O PAPEL DO PROFESSOR NO ENSINO SUPERIOR NOTURNO: ESTUDO DE CASO NO CURSO DE PEDAGOGIA DA UFPR.....	39
4.1 O PAPEL DO PROFESSOR NA FORMAÇÃO DO ALUNO TRABALHADOR.....	40
4.2 DESENHO DA PESQUISA.....	43
4.3 RESULTADOS E DISCUSSÃO.....	44
4.3.1 Condições da formação do trabalhador-aluno.....	44
4.3.2 Relação professor-aluno.....	53
4.3.3 Condições de estrutura e de currículo da UFPR	54
4.3.4 Instituição de ensino superior pública x IES privada e as políticas de incentivo de ingresso e permanência do aluno.....	56
CONSIDERAÇÕES FINAIS	60
REFERÊNCIAS	63
APÊNDICE.....	67

1 INTRODUÇÃO

Ao longo de nossa trajetória acadêmica no ensino superior, nos deparamos com inúmeros momentos em que não pudemos fazer parte das oportunidades de bolsas, pesquisas, cursos, disciplinas, entre outras, ofertadas pela Universidade. Na grande maioria das vezes o que nos impediu de participar fora a ausência de tempo devido à jornada de trabalho diária a cumprir.

Isto nos gerou alguns questionamentos. Será que nossa formação se dará de forma integral? Será que não estamos sendo prejudicadas na nossa formação? Tendo em vista que somos estudantes do ensino noturno e que precisamos trabalhar ao longo do dia, nos perguntamos se não ficaremos aquém dos discentes que podem se dedicar exclusivamente aos estudos.

Essas questões nos levaram a buscar compreender as especificidades do ensino noturno e, em especial, suas implicações para aqueles alunos que trabalham e estudam. Procuramos entender em que contexto histórico se originou e desenvolveu o ensino superior noturno e a que público se destinava a partir dos primeiros contatos com a literatura da área, em especial nos textos de Oliveira e Bittar (2010), Pinto (2004), entre outros autores que debatem o tema.

Além disso, buscamos, também, entender como as instâncias governamentais têm lidado com a demanda de alunos-trabalhadores, mediante políticas públicas específicas. Analisamos o contexto que levou a definir as políticas públicas atuais de ensino superior noturno, em particular os programas PROUNI, REUNI e FIES. Examinamos a oferta de vagas para ensino superior noturno, bem como de que modo se dá o acesso a elas, como se desencadeiam as disputas para estas vagas, e a permanência e evasão dos alunos no ensino superior noturno.

A partir das primeiras aproximações, nosso questionamento considerou o acesso ao ensino superior e ao ensino de qualidade, assim como a privatização da oferta noturna, como uma questão de desigualdades históricas, atrelada às condições sociais. Posteriormente indagamos se, e como, nós, enquanto alunos-trabalhadores, não acabamos por reforçar uma formação acadêmica mais aligeirada ao justificarmos que somos alunos de cursos noturnos e não temos tempo para estudar adequadamente. Entretanto ao pensar dessa forma, coloca-se o aluno na posição de “culpado”, obviando fatores mais amplos e estruturais que afetam a vida

acadêmica no ensino noturno. Assim, é preciso analisar esta questão de forma mais ampla, e investigar as condições em que estes alunos se encontram, como se dá o seu estudo e de que forma são vistos e analisados por seus docentes, de que forma o professor também lida com as especificidades em torno do ensino e como o mesmo se põe perante a situação. Dentre estes múltiplos fatores, escolhemos para investigar empiricamente a dimensão do docente, isto é, indagar quais são as condições de ensino no período noturno e se os professores atuam de forma diferenciada visando adaptar as atividades pedagógicas às condições do aluno-trabalhador.

O trabalho se organiza em três capítulos seguindo esta introdução. No capítulo 2 abordamos o desenvolvimento histórico do ensino superior noturno e as principais políticas públicas que têm se orientado a ampliar o acesso da população ao ensino superior, especialmente no período noturno. No capítulo 3 analisamos as condições específicas de formação dos alunos trabalhadores. O capítulo 4 apresenta um estudo de caso desenvolvido no curso de Pedagogia da UFPR sobre o papel do docente no ensino superior noturno face as às características específicas dos trabalhadores alunos. Encerramos o trabalho com algumas conclusões.

2 DO INÍCIO AO FIM, OU AO FUTURO: EVOLUÇÃO DO ENSINO NOTURNO PARA A CLASSE TRABALHADORA

Este capítulo tem como objetivo realizar uma revisão de literatura sobre o ensino noturno no Brasil e as políticas públicas que o promovem. Para abordarmos a questão da formação do jovem faz-se necessário partir da contextualização histórica do ensino noturno em geral, para então chegarmos ao nível superior. Tal contextualização resulta indispensável para compreender as características da formação no ensino noturno e as formas em que os professores desenvolvem suas atividades neste processo.

O capítulo se divide em duas seções. Na primeira seção abordamos a expansão do ensino superior noturno no Brasil a partir da década de 1930 até a promulgação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação de 1996. Na segunda seção tratamos das políticas públicas de acesso ao ensino superior, implementadas desde o final da década de 1990 e mostramos como elas reforçam uma tendência de privatização da oferta do ensino superior noturno.

2.1 EXPANSÃO DO ENSINO SUPERIOR NOTURNO NO BRASIL – 1930-1994

A história educacional no Brasil tem como característica central os traços de uma educação elitista, voltada a um conhecimento mais elaborado para quem tem melhores condições econômicas, sociais e culturais, e uma educação voltada para a preparação para o trabalho para a classe trabalhadora. Se olharmos mais especificadamente para o histórico do ensino superior noturno no Brasil, iremos perceber com maior intensidade essa dualidade.

Segundo Oliveira e Bittar (2010), no Brasil o ensino noturno teve sua expansão na década de 30, fato este marcado pelo contexto industrial no qual o país se encontrava. Impulsionada na Era Vargas (1930-1945), a educação no período da noite foi pensada como uma política pública a fim de combater o alto índice de analfabetismo que assolava o país. A possibilidade de estudar no contra turno do

trabalho foi a saída para muitos operários que queriam atuar no mercado de trabalho e, simultaneamente, terminar os estudos.

Nas décadas seguintes, Oliveira e Bittar (2010), afirmam que o ensino noturno também virou a porta de entrada para crianças e jovens que queriam iniciar sua inserção no mercado de trabalho sem ter que abandonar os estudos.

Na década de 60, é possível constatar um crescimento da demanda de alunos por ensino superior. Ainda segundo os autores, com o incentivo à conclusão dos estudos por parte do governo, o número de formados no ensino médio teve um aumento, o que impulsionou a busca por vagas no ensino superior. Consequentemente, o público que já estudava no período noturno reivindicou vagas no mesmo turno, o qual favoreceu a introdução de faculdades com aulas à noite, principalmente no setor privado.

No final da década de 60, com o aumento da procura por ensino superior noturno e o número de matriculados em instituições particulares, este nível de ensino experimentou pressões de mudanças. Grande parte dos alunos que o cursavam pertenciam à classe menos favorecida e dependiam do seu próprio trabalho para pagar os estudos. Ocorreu que estes não conseguiam mais conciliar ambas as jornadas bem como os altos valores das mensalidades, portanto não podiam concluir esta etapa da educação (OLIVEIRA e BITTAR, 2010).

Neste período ocorreu a Reforma Universitária, (MELO et al, 2010; OLIVEIRA e BITTAR, 2010), que instaurou uma série de reformas que teriam impacto direto sobre a educação dos alunos-trabalhadores:

Tal situação levou o governo, durante o regime militar (1964-1984), a unificar o vestibular em todo o país, criar o vestibular classificatório, instituir o ensino de 2º grau profissionalizante por meio da Lei nº 5.692 de 1971 e criar o Programa de Crédito Educativo em 1975, como medidas para solucionar as pressões por vagas no ensino superior. (OLIVEIRA e BITTAR, 2010. p. 2)

BAUER (2006) afirma que, com o auge do regime militar, a Reforma Universitária de 1968 (Lei nº 5.540, de novembro de 1968), foi influenciada diretamente pelo modelo americano, que focava o ensino superior como prioridade para os alunos que pertenciam à elite, canalizando os alunos da classe trabalhadora para o ensino técnico regular ou no SENAI (Sistema Nacional de Aprendizagem

Industrial). Assim, a demanda por ensino superior por parte da classe trabalhadora, em especial nas instituições públicas, não era atendida.

Nesse mesmo período, foi criado o Programa de Crédito Educativo no qual a União emprestava valores aos estudantes para o pagamento da anuidade do ensino superior, assim o aluno podia custear seus estudos e depois, no prazo de no máximo um ano, acertar sua dívida com o estado (SOUZA e FARO, 1979). O programa serviu como saída para solucionar as pressões dos estudantes por mais vagas no ensino superior e condições para custear os estudos nas instituições privadas. Ainda assim, mesmo os que trabalhavam durante o dia e estudavam a noite, encontravam dificuldades para dar conta da dupla jornada e também dos valores das mensalidades.

Essa medida, tomada pelo governo neste período, impulsionou o acesso ao ensino superior, principalmente em cursos noturnos, ampliando as possibilidades de estudantes trabalhadores, que tinham a maior chance de conseguir vagas nas IES (Instituição de Ensino Superior) privadas, tendo em vista a baixa oferta nas IES públicas e as exigências mais elevadas do exame vestibular (OLIVEIRA e BITTAR, 2010; MELO et al, 2010)

Assim, como resultado da Reforma Universitária e da insuficiente capacidade das IES públicas para absorver mais alunos, a pressão social por mais vagas no ensino superior acabou tendo como resultado que as instituições privadas se expandissem consideravelmente, principalmente no turno noturno.

A partir das últimas décadas do século XX, impulsionado pelas mudanças no mundo do trabalho e a globalização, o ensino superior expandiu-se de forma ainda maior, permitindo o acesso a novos segmentos sociais, porém, OLIVEIRA e BITTAR (2010) apontam movimentos que indicam um acesso restrito ao ensino superior no que tange à classe trabalhadora, movimento este que apenas com o processo de redemocratização começa a se alterar.

Em 1988 acontece a promulgação de uma nova Constituição Federal, documento que demonstra a preocupação em ampliar o acesso à educação superior e neste já faz referência ao ensino superior noturno, como podemos verificar no art. 208:

Art. 208. O dever do Estado com a educação será efetivado mediante a garantia de:
(...)

V - acesso aos níveis mais elevados do ensino, da pesquisa e da criação artística, segundo a capacidade de cada um;
VI - oferta de ensino noturno regular, adequado às condições do educando;
(...) (BRASIL, 1988, p.136-137)

A crescente demanda por ensino superior tem origem na ideia de ascensão social e de melhorar a condição sócio-econômica através dos estudos, baseados na compreensão de que, com a posse de um diploma, o sujeito terá maiores possibilidades no mercado de trabalho (OLIVEIRA e BITTAR, 2010). A globalização e o desenvolvimento científico e tecnológico fazem com que haja exigências a um perfil profissional que atenda as novas necessidades, estabelecendo a formação acadêmica fundamental na construção deste sujeito. Este fato pode ser observado com ainda mais fervor nos estudantes do ensino superior noturno, pois há uma maior procura como forma de ascensão social.

A LDB 9.394/96 (Lei de Bases e Diretrizes da Educação Nacional) vem a fim de contribuir no processo de dilatação da educação superior, cujos princípios destacamos abaixo:

Art. 46º. § 4º. As instituições de educação superior oferecerão, no período noturno, cursos de graduação nos mesmos padrões de qualidade mantidos no período diurno, sendo obrigatória a oferta noturna nas instituições públicas, garantida a necessária previsão orçamentária. (BRASIL. MEC, 1996. p.18.)

Ainda:

Art. 53º. No exercício de sua autonomia, são asseguradas às universidades, sem prejuízo de outras, as seguintes atribuições: ... IV - fixar o número de vagas de acordo com a capacidade institucional e as exigências do seu meio;... (BRASIL. MEC, 1996. p.19.)

É possível perceber que ambos os documentos (a Constituição Federal de 1988 e a LDB de 1996) vêm contribuir no curso da história do Ensino Superior no Brasil, de forma que esta modalidade de ensino se fizesse legalmente garantida, fornecendo preceitos norteadores para o ingresso dos estudantes das IES. Neste período muitos jovens ainda se encontravam distantes das salas de aula, desta forma, ambos os registros sublinhavam a importância da ampliação do acesso dos jovens a esse nível de ensino. (MELO et al, 2010).

2.2 AS POLÍTICAS DE PROMOÇÃO DO ENSINO SUPERIOR NOTURNO E A PRIVATIZAÇÃO DA OFERTA

Estudo realizado pelo INEP (2000) sobre a evolução do ensino superior no período de 1980 a 1998 evidencia que ocorreu um aumento na quantidade de matrículas nessa modalidade de ensino, em especial nas instituições privadas, que passaram de 885.054 em 1980 para 1.321.229 em 1998. Já as matrículas das instituições públicas no mesmo período evoluíram de 316.715 para 408.640. Estes dados indicam a ainda insuficiente oferta de vagas nas instituições públicas ao se encerrar o século XX.

Mesmo com o aumento da demanda e a promulgação da LDB, para CORBUCCI (2004), as despesas de capital nas universidades federais tiveram retração de 82%, em valores nominais, no período 1995-1998. Nesse sentido, conforme defende PINTO (2004), a redução dos dispêndios do MEC com a educação superior na segunda metade da década de 1990 também teria contribuído para a diminuição da oferta de vagas nas instituições federais de educação superior (IFES) e aumentado nas instituições privadas, o que denota mais um empecilho para que o jovem trabalhador ingresse na instituição pública.

De acordo com CATANI e HEY (2007, p.416), o Estado estava “despreparado” para atender ao grande aumento da demanda, optando assim por abrir espaço para a atuação do setor privado. Em outros termos, os governos não estavam organizados para a demanda de jovens que almejavam concluir os estudos no ensino médio e, posteriormente, pretendiam cursar o ensino superior.

Com a justificativa de atender a todos os alunos, os estabelecimentos privados de ensino foram e ainda hoje são responsáveis pela oferta de vagas para os “alunos excedentes”.

Conforme mostram os dados de matrícula nos cursos de graduação, fornecidos pelo próprio MEC, no período 1990/1997, a taxa de crescimento do setor público foi de 31,5%, ao passo que no privado se limitou a 23,4%. Porém, no biênio 1997/1998, o aumento das matrículas no setor privado já atingia 11,4%. Desse momento em diante, as taxas anuais de crescimento oscilaram entre 15,7% e 17,5%. Portanto, o incremento de matrículas, registrado em apenas um ano, aproximou-se daquele correspondente ao referido período de sete anos. (CORBUCCI, 2004. p.07)

A partir da década de 90 o ensino superior noturno passa a ser pensado pelo poder público como a solução para a cada vez mais crescente procura por esse nível de ensino (BITTAR, ALMEIDA e VELOSO, 2008), principalmente pela promulgação da LDB/96 e como sugestão a essa defasagem entre demanda e número de vagas, os cursos no turno noturno são ampliados. No entanto, a ampliação das vagas ocorreu de forma muito mais relevante no setor privado, direcionando os novos ingressos para os cursos pagos.

Com relação ao ensino noturno, os dados também registram uma expansão crescente: em 1999, do total de matrículas, no Brasil, 55,7% vinculavam-se a esse turno, ao passo que 44,3% freqüentavam o período diurno. (BITTAR, ALMEIDA e VELOSO, 2008. p.5)

Em 1999, o governo federal cria o FIES - Fundo de Financiamento Estudantil. O FIES é uma das políticas concebidas pelo governo para ampliar o acesso ao ensino superior privado. O programa é um crédito que o governo, que concede ao aluno que se encaixa dentro dos critérios pré-estabelecidos, dentre eles os provenientes de famílias cuja renda per capita é de 1 a 5 salários mínimos, (CATANY e HEY, 2007), o financiamento de 50% dos seus estudos pelo Estado até a conclusão da graduação. Assim que termina os estudos, o beneficiado tem um prazo para pagar o valor custeado. Este programa atende apenas educandos que pretendem cursar o ensino superior particular, estimulando a procura por esse meio de conquistar o diploma, ou seja, muitos discentes optam por fazer faculdade em IES particulares, por terem maiores chances de conseguir uma vaga, tendo em vista a maior oferta, em detrimento as IES públicas, e este financiamento vem com um estímulo a mais para tal.

Em 2004 o governo Federal criou o PROUNI - Programa Universidade Para Todos, que foi institucionalizado somente com a Lei nº 11.096, em 13 de janeiro de 2005. O programa tem por objetivo conceder bolsas de estudos integrais e parciais em IES privadas. As instituições que optam por aderir ao programa ganham isenção de tributos por parte do governo federal. Para ingressar no programa o candidato passa por sistema de seleção informatizado, o qual leva em consideração as notas do ENEM (Exame Nacional do Ensino Médio). Os estudantes que almejam a bolsa integral devem ser encaixar em uma renda per capita de três salários mínimos por pessoa da família. O PROUNI, desde o momento em que foi criado até o segundo semestre de 2014, conforme dados do portal do MEC, já atendeu mais de 1,4 milhão

de estudantes, sendo 70% destes com bolsa integral. No ano de 2001, o PNE- Plano Nacional de Educação, documento que orientava a educação, apresentou a seguinte referência sobre o ensino superior:

Deve-se assegurar [...] que o setor público neste processo, tenha uma expansão de vagas tal que, no mínimo, mantenha uma proporção nunca inferior a 40% do total. [...] Ressalte-se a importância da expansão de vagas no período noturno, considerando que as universidades, sobretudo as federais possuem espaço para esse fim, destacando a necessidade de se garantir o acesso a laboratórios, bibliotecas e outros recursos que assegurem ao aluno-trabalhador o ensino de qualidade a que têm direito nas mesmas condições de que dispõem os estudantes do período diurno. (BITTAR, ALMEIDA e VELOSO, 2008. p.6-7 apud BRASIL, 2001, p. 97.

Podemos perceber que já havia no PNE regente da época a incitação, de certa forma tímida, para que as instituições federais abrangessem esta modalidade de ensino. Mas como é possível observar, com base nas informações levantadas, que o setor privado é indiretamente pronunciado a fonte mais prestativa para se fazer alguma graduação devido o número de ofertas de vagas que um e outro setor disponibilizam, bem como os programas de incentivo.

Apesar de o ensino superior privado ser a porta de entrada da maioria dos jovens que pretendem cursar uma graduação, muitos não conseguem concluir esta etapa devido às altas mensalidades. Para tanto, além dos outros programas de incentivo, tais como já mencionados FIES e PROUNI que tem o objetivo de “amenizar” as dificuldades com as parcelas e estimulam o ingresso as IES particulares, surgiu o REUNI - Reestruturação e Expansão das Universidades Federais, em 2003 que logo em sua primeira diretriz buscava diminuir em grande escala o número de alunos que abandonavam o ensino superior, preencher vagas disponíveis das instituições federais de ensino, em específico as do noturno.

Este programa visa a ampliação não só da estrutura física, como também acadêmica e pedagógica, ou seja, ele teve como objetivo fazer com que as Universidades públicas melhorassem suas condições para atender os alunos com maior qualidade. Dentre suas metas estavam: o aumento gradual da taxa de conclusão média dos cursos de graduação presenciais para 90%; estabelecer a relação aluno/professor para 18 para 1, e o aumento mínimo de 20% nas matrículas de graduação no prazo de cinco anos, sendo que as duas últimas deveriam ser atingidas até o ano de 2012. O relatório do primeiro ano do Programa mostrou que

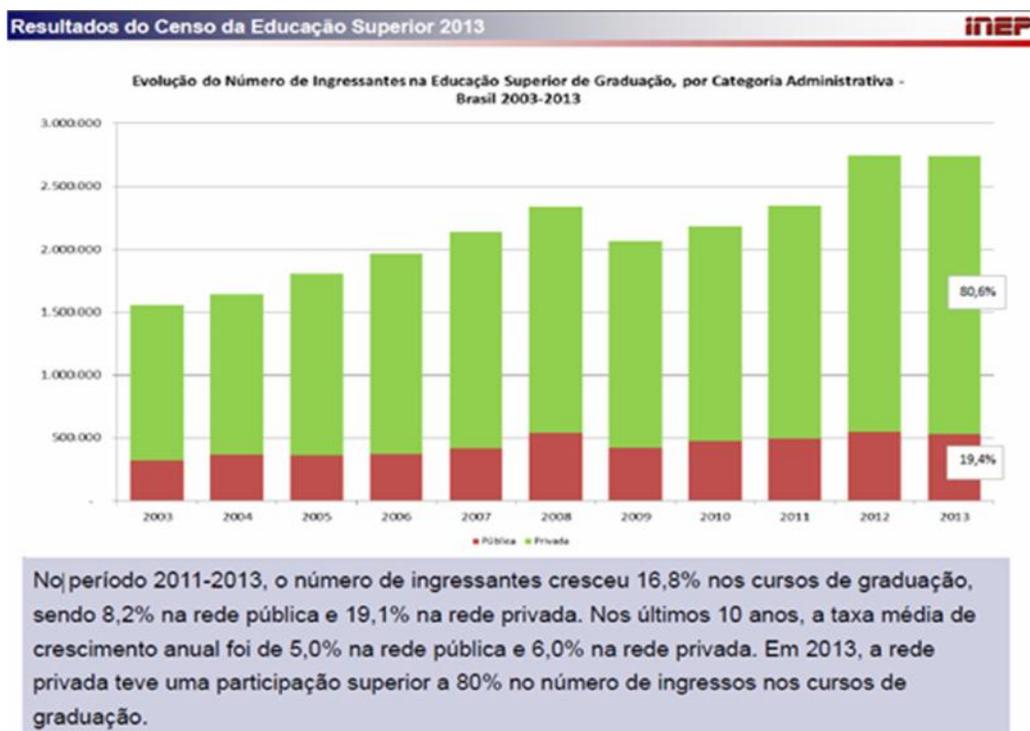
de maneira geral, houve cumprimento das metas propostas, com alguns casos de superação dos números iniciais estabelecidos pelas universidades federais.

Mas mesmo com o REUNI, ao longo dos anos, podemos perceber como o setor privado cresceu e ainda cresce de forma muito mais rápida que o público, e este último ainda fica aquém das condições das IES pagas.

Não pretendemos estabelecer um comparativo os programas REUNI, PROUNI e FIES, tendo em vista que são distintos no que se refere ao público alvo, pois o primeiro se direciona à rede pública e os segundos à rede privada. Porém, ao compreendê-los como programas de incentivo ao ingresso e permanência do estudante do ensino superior, podemos juntá-los em um único diálogo, a fim de discutir a situação do ensino superior no Brasil.

O gráfico 2.1 a seguir extraído do Censo de Educação Superior de 2013 pode nos fazer ver com mais clareza tal informação.

GRÁFICO 2.1 – INGRESSANTES EM CURSOS DE GRADUAÇÃO DAS ESFERAS PÚBLICA E PRIVADA (2003-2013)



Fonte: Censo de Educação Superior, 2013. p.14

Com base nos dados acima, podemos verificar que o aumento das matrículas no setor privado cresce em maior proporção que as do público. Há uma grande demanda de possíveis ingressos que se veem restritos à primeira opção devido à baixa oferta dos cursos públicos.

Estes dados são ainda mais expressivos quando comparados por turno, como podemos observar na tabela 2.1, abaixo:

TABELA 2.1 - MATRÍCULAS NO ENSINO SUPERIOR NO BRASIL POR TURNO E CATEGORIA ADMINISTRATIVA EM 2008

Categoria administrativa	Total	Matrícula por turno			
		Diurno	%	Noturno	%
Público	1.273.965 = 25%	793.181	62,3	480.784 = 15,1%	37,7
Privado	3.806.091 = 75%	1.107.262	29,1	2.698.829 = 84,9%	70,9
Total	5.080.056 = 100%	1.900.443	37,4	3.179.613 = 100%	62,6

Fonte. Elaborado pelas autoras com base em dados de OLIVEIRA e BITTAR (2010. p.5 apud INEP/MEC - 2009)

Nesta tabela se faz possível observar uma questão importante: o número maior de alunos matriculados no ensino superior noturno está nas IES particulares. Pouco mais de 84,9 % dos estudantes do ensino superior noturno o fazem em instituições privadas enquanto 15,1% dos estudantes o fazem em IES públicas. Já em se tratando no período diurno, é no setor público que há o maior número de matriculados, indicando uma especialização das instituições nas respectivas modalidades de oferta e um significativo déficit de oferta nas instituições públicas de vagas para alunos-trabalhadores, tendo em vista que a grande maioria desses optam pelo ensino noturno.

Diante dos dados apresentados no gráfico e na tabela acima podemos estabelecer algumas relações. O setor privado concentrava 75% das matrículas do ensino superior em 2008 e tende a crescer a uma taxa superior que o ensino superior público. Programas de incentivo aos estudos superiores do Governo Federal, como o FIES e o PROUNI, tendem a reforçar essa tendência, uma vez que orientam mais alunos para o setor privado. A oferta das instituições públicas cresce de forma mais lenta, ainda mais se tratando do ensino superior noturno. Diante deste

cenário, o espaço de estudo prioritário reservado à população trabalhadora, que só tem a noite para estudar, é decidir por pagar uma faculdade privada, fazendo ou não uso de créditos públicos.

Mesmo com políticas e programas criados pelo governo, o jovem que opta pelo ensino noturno da rede privada deve enfrentar altos valores das mensalidades o que muitas vezes implica que os trabalhadores tenham avançado no acesso, mas não necessariamente na permanência do estudante na instituição, conforme argumentam BITTAR, ALMEIDA e VELOSO (2008).

O Censo da Educação Superior de 2013 apresenta alguns dados que reforçam a discrepância do número de matriculados nas IES públicas e privadas, bem como alguns dados sobre matrícula nos períodos noturno e diurno.

A tabela 2.2, a seguir, extraída do Censo da Educação Superior de 2013, apresenta a evolução do número de instituições de educação superior no Brasil de 2009 a 2012.

TABELA 2.2 – EVOLUÇÃO DO NÚMERO DE INSTITUIÇÕES DE EDUCAÇÃO SUPERIOR PÚBLICAS E PRIVADAS

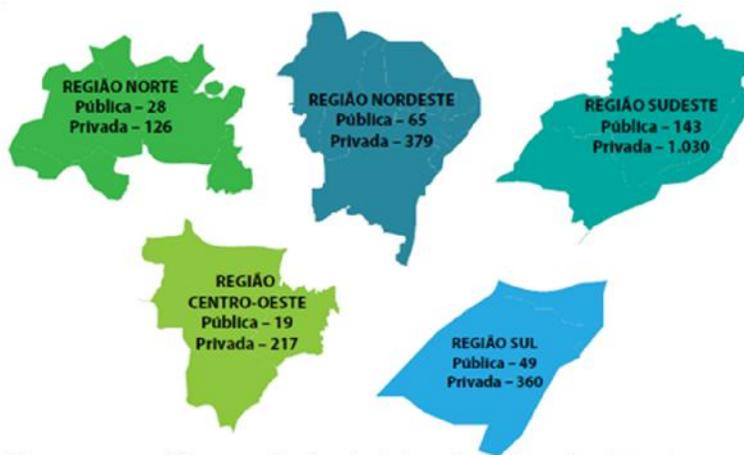
Ano	Total	Categoria Administrativa			
		Federal	Estadual	Municipal	Privada
2009	2.314	94	84	67	2.069
2010	2.378	99	108	71	2.100
2011	2.365	103	110	71	2.081
2012	2.416	103	116	85	2.112

Fonte: MEC/Inep. Tabela elaborada pela Deed/Inep.

Fonte: Censo da Educação Superior, 2012. p.51

Podemos perceber como ao longo dos últimos anos o número de instituições de ensino superior do setor privado já era muito maior do que as do público e essa diferença só tendeu a aumentar. Até 2012, do total de 2.416 instituições do Brasil, 2.112 eram particulares. Na figura 2.1, a seguir, podemos notar a distribuição das instituições públicas e privadas nas cinco regiões do país.

FIGURA 2.1 – NÚMERO DE INSTITUIÇÕES DE EDUCAÇÃO SUPERIOR (PÚBLICAS E PRIVADAS), SEGUNDO A REGIÃO GEOGRÁFICA – BRASIL- 2012



Fonte: MEC/Inep. Figura elaborada pela Deed/Inep.

Fonte: Censo da Educação Superior, 2012. p.50

Na região sudeste há a maior concentração de instituições, tanto privadas quanto públicas; já a região norte apresenta os menores números, porém não podemos desconsiderar que há uma concentração de pessoas diferente em cada região do Brasil.

O Censo da Educação Superior de 2013 apresenta, ainda, alguns dados que reforçam a discrepância do número de matriculados nas IES públicas e privadas, desagregando as matrículas para os períodos integral, matutino, vespertino e noturno.

TABELA 2.3. MÉDIA DE VAGAS E INSCRITOS NAS INSTITUIÇÕES DE ENSINO SUPERIOR POR CATEGORIA ADMINISTRATIVA SEGUNDO O TURNO DO CURSO PRESENCIAL (BRASIL, 2012)

Atributo do Curso		Pública	Privada
VAGAS	Integral	45,6	73,1
	Matutino	34,9	84,6
	Vespertino	36,9	63,3
	Noturno	45,3	103,5
INSCRITOS	Integral	720,4	510,4
	Matutino	397,2	114,4
	Vespertino	409,7	102,3
	Noturno	440,9	151,5

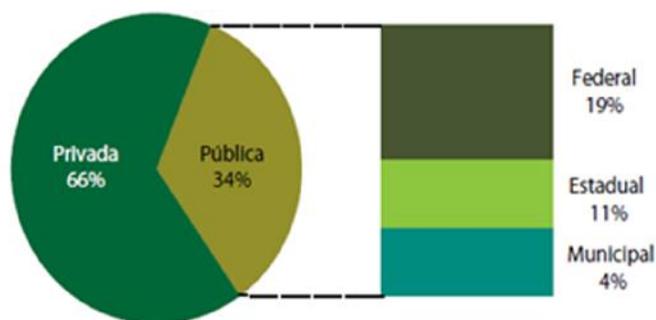
Fonte: MEC/Inep. Quadro elaborado pela Deed/Inep.

Fonte: Censo da Educação Superior, 2012. p.82

Com estas informações se faz possível perceber que há uma demanda muito intensa por vagas nas instituições públicas em todos os turnos, mas não há vagas que suportem, ou melhor, há pouquíssimas vagas frente a grande quantidade de inscritos. No que diz respeito ao noturno, há um média de vagas de 45,3 e 440,9 inscritos, ou seja, as chances de ingresso são muito restritas, para tal, o vestibular se faz tão concorrido e seletivo.

Já nas instituições privadas, apenas no turno integral há uma maior concorrência pelas vagas, mas nos outros (matutino, vespertino e noturno), grande parte dos inscritos consegue ser atendido pela instituição. No noturno de 103,5 vagas, há 151,5 concorrentes, ou seja, apenas 47,8 não conseguiram ingressar ao ensino superior por falta de vagas.

GRÁFICO 2.2 - PERCENTUAL DO NÚMERO DE CURSOS DE GRADUAÇÃO, SEGUNDO A CATEGORIA ADMINISTRATIVA EM 2012



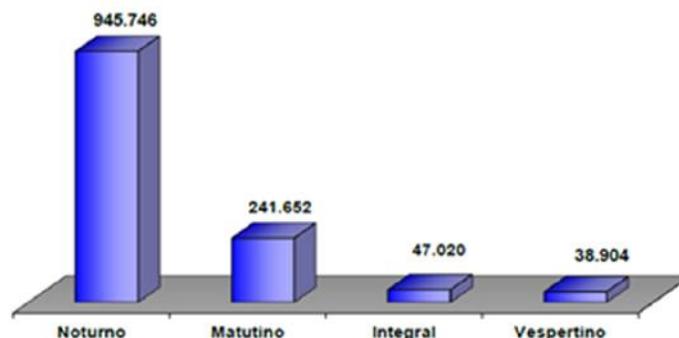
Fonte: MEC/Inep. Gráfico elaborado pela Deed/Inep.

Censo da Educação Superior, 2012. p. 81

O gráfico 2.2 mostra que há muito mais oferta de cursos nas instituições privadas do que nas públicas, motivando o ingresso de muitos alunos a cursarem graduações pagas devido a possibilidade de escolher uma área que mais agrada. Aos que desejam fazer um curso que não consta na oferta dos gratuitos, e ao mesmo tempo não têm condições financeiras para pagar a mensalidade integral, resta os programas de acesso, já mencionados, tais como o PROUNI e o FIES.

Nos estabelecimentos de ensino pagos há um número muito maior de bolsistas no turno noturno do que se somados o matutino, o integral e o vespertino, bem como podemos observar no gráfico a seguir:

GRÁFICO 2.3 - NÚMERO DE ALUNOS BOLSISTAS POR TURNO



Fonte: Sisprouni 06/01/2015

Como podemos observar, há certa incoerência pensando que os alunos que optam pelo curso noturno, o fazem pela necessidade de trabalhar no outro período do dia, e que é nas universidades particulares que encontram maior possibilidade de ingresso.

O Plano Nacional de Educação (PNE) de 2014 estabelece 20 metas para a Educação, a décima segunda é a:

Meta 12: elevar a taxa bruta de matrícula na educação superior para 50% (cinquenta por cento) e a taxa líquida para 33% (trinta e três por cento) da população de 18 (dezoito) a 24 (vinte e quatro) anos, assegurada a qualidade da oferta e expansão para, pelo menos, 40% (quarenta por cento) das novas matrículas, no segmento público. (2014. p.13)

O documento afirma que a democratização do acesso à educação superior (ES) ainda está longe de atender a meta estabelecida, e que tal se faz um projeto desafiador, porém atesta que ES está se expandindo em todo o país, de maneira mais eficiente em algumas regiões que outras devido a impasses na articulação entre União, Estados e Municípios.

Como estratégia para cumprir a meta, o PNE destaca:

...otimizar a capacidade instalada da estrutura física e de recursos humanos das instituições públicas de educação superior, mediante ações planejadas e coordenadas, de forma a ampliar e interiorizar o acesso à graduação (Estratégia 12.1); ampliar a oferta de vagas, por meio da expansão e interiorização da rede federal de educação superior, da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica e do sistema Universidade Aberta do Brasil (Estratégia 12.2); fomentar a oferta de educação superior pública e gratuita prioritariamente para a formação de professores para a educação básica, sobretudo nas áreas de Ciências e Matemática, bem como para atender o déficit de profissionais em áreas específicas

(Estratégia 12.4); ampliar as políticas de inclusão e de assistência estudantil (Estratégia 12.5); consolidar e ampliar programas e ações de incentivo à mobilidade estudantil e docente em cursos de graduação e pós-graduação, em âmbito nacional e internacional (Estratégia 12.12); ampliar, no âmbito do Fundo de Financiamento ao Estudante do Ensino Superior (FIES), e do Programa Universidade para Todos (PROUNI), os benefícios destinados à concessão de financiamento (Estratégia 12.20); e ampliar a participação proporcional de grupos historicamente desfavorecidos na educação superior, inclusive mediante a adoção de políticas afirmativas, especialmente na forma da Lei nº 12.711, de 29 de agosto de 2012, e Decreto nº 7.824/2012 (Estratégia 12.9). (BRASIL, 2014. p.41/42)

Quase todas as outras metas dentre as 20 que o PNE estabelece, contam também com um período determinado para o cumprimento, por exemplo: em até dois anos ou até 2016. Já a meta 12 não define prazo para que se atenda o que está posto, tendo em vista que o documento é reavaliado e reestabelecido a cada dez anos, compreende-se que até 2024 tais números tenham de ser alcançados.

Uma meta ambiciosa, que amplia o que está em lei nos documentos que regem tanto a Constituição Federal/88 quanto a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional/96, portanto a nós cabe aguardar que estes números saiam do papel e que se possa vê-los na prática o mais breve possível.

SÍNTESE DO CAPÍTULO

Percebemos, ao analisar a evolução do ensino noturno, que se expandiu a partir da década de 1930 acompanhando as necessidades de formação da força de trabalho para atender o avanço do mercado capitalista, que este veio reforçar o caráter elitista da educação no país. Constituíram-se duas formas de ensino, reservando o ensino noturno para a classe trabalhadora, que acedeu a uma educação diferenciada daquela obtida pela classe dominante.

Dessa forma, quando a partir da década de 1960, intensificam-se as pressões sociais pela expansão do ensino superior, as possibilidades de acesso para a classe trabalhadora restringem-se ao ensino superior noturno, nesse sistema dualizado.

Contudo, a possibilidade de aceder ao ensino superior constituía para os trabalhadores-estudantes e suas famílias, uma expectativa de ascensão social. Assim, o ensino superior noturno começou sua expansão como único caminho encontrado por aqueles que pretendiam estudar sem abrir mão do trabalho

remunerado, o que gerou uma grande procura por esta etapa de ensino. Essa demanda foi atendida principalmente pelo setor educacional privado.

No contexto da redemocratização do país e da ampliação dos direitos dos cidadãos, a Constituição de 1988 e a LDB de 1996 estabeleceram a necessidade de ampliar o acesso da população ao ensino universitário. O ensino superior ganhou força e regulamentação, pois passou a ter seus direitos e características assegurados por lei.

Não obstante tais avanços, a educação superior pública ficou aquém das necessidades sociais. A demanda por ensino superior e o número de vagas nas Universidades públicas não evoluíram na mesma proporção, principalmente no período da noite. Foram implantados os programas FIES e PROUNI pelo Governo Federal visando garantir a formação superior dos alunos trabalhadores, porém, com a criação destes programas percebeu-se uma forte característica de privatização e conseqüentemente a ascensão de instituições particulares, que se utilizaram dos incentivos ao acesso para ampliar suas vagas e atender os alunos que a rede pública não conseguia integrar. A implantação do REUNI, visando ampliar a oferta de educação superior pública não conseguiu reverter essa tendência privatizante no ensino superior para a população trabalhadora.

Tendo analisado a forma em que os alunos trabalhadores acederam à educação superior noturna, voltamo-nos, no próximo capítulo a indagar como se concretiza a formação dos jovens nos cursos de graduação do turno noturno. Quem é este sujeito que busca melhorar suas condições de vida através do estudo? Os jovens encontram empecilhos para conciliar o estudo e o trabalho? São adequadas as condições oferecidas pelas universidades?

3 QUEM É O ESTUDANTE DO ENSINO SUPERIOR NOTURNO E QUAIS SÃO AS SUAS DIFICULDADES DIÁRIAS PARA ESTUDAR?

Neste capítulo pretendemos traçar, a partir de uma revisão de pesquisas anteriores, o perfil do aluno que trabalha que frequenta o ensino superior noturno. Quais são os obstáculos enfrentados ao longo de sua formação? Qual é a realidade desse aluno ao exercer uma jornada dupla, trabalhando e estudando? Que condições oferece a universidade a este aluno? Entender, de maneira geral, quais são as batalhas diárias que os alunos-trabalhadores do ensino noturno enfrentam no país é fundamental para contextualizar o estudo de caso realizado no curso de Pedagogia da UFPR.

O capítulo se compõe de duas seções, nas quais abordaremos os principais obstáculos a que o trabalhador-aluno, do período noturno, é exposto diariamente, e influenciam sua formação. Na primeira traremos as condições externas ao local de estudo, tais como o tempo, o deslocamento, a segurança, que entre outras questões, configuram um conjunto de efeitos que derivam do trabalho, afetando o estudo. Na segunda seção abordaremos as condições de estudo – o local, o currículo, as aulas - como condição de estímulo e permanência do estudante trabalhador na universidade.

3.1 DIFERENTES TIPOS DE ALUNOS QUE INGRESSAM AO ENSINO SUPERIOR

Como podemos perceber, o ensino noturno como hoje se apresenta está relacionado aos interesses de formação do trabalhador no contexto econômico, político e social. Segundo Moreira, Lima e Silva (2011), ao longo das últimas décadas, ocorreu um grande aumento no número de universitários, conformando um conjunto com diversas particularidades: diferentes tipos de realidades sociais, idades, expectativas, situação de trabalho, entre outras. Tal aumento e mescla de sujeitos exige que este nível de ensino seja bastante abrangente para acomodar as diversas necessidades.

Qual é o perfil e quais as necessidades que caracterizam o aluno que opta pelo curso noturno? De acordo com Mendes:

...pode-se sintetizar o aluno dos cursos noturnos, o aluno típico, quase sempre como um trabalhador; o aluno que trabalha durante o dia e que, portanto, normalmente, chega cansado à escola. (...) O curso noturno é procurado como fator de melhoria das condições de trabalho, de emprego, de remuneração e de ascensão social. (MENDES, 1986. p.620 apud TERRIBILI FILHO e QUAGLIO, 2005. p.03)

O ensino superior recebe diversos perfis de alunos e para justificar tal afirmação, faz-se necessário especificar alguns conceitos que, à primeira vista parecem ser a mesma coisa, mas não o são.

Para melhor aproximarmos desta temática é importante distinguir que existem três tipos de estudantes universitários. Em primeiro lugar, o aluno não-trabalhador, que, segundo Vargas (2013), é aquele que utiliza o seu dia exclusivamente para se dedicar aos estudos, sem a necessidade de dividi-lo com um trabalho remunerado. Estes alunos não têm a obrigação de trabalhar, pois são sustentados pelos recursos financeiros da família e, portanto, podem organizar sua carga horária para estudar bem como verificar, se for do seu interesse, estágios mais rentáveis.

Em segundo lugar, temos o aluno-trabalhador. Segundo Foracchi et al (1977, p. 51 apud VARGAS, 2013), o aluno-trabalhador é um aluno que trabalha, que geralmente procura um estágio na área de estudo, tentando conciliar as duas funções da melhor forma, para obter uma ajuda de custo, mas também possa ter êxito nos estudos. Sua prioridade é o estudo e a função remunerada seria apenas para um complemento da renda e uma possibilidade de aquisição de conhecimento profissional mediante o estágio, podendo haver ou não a necessidade de fazer uso dos ganhos para seu sustento.

Por último, temos o trabalhador-aluno. Neste caso a situação é diferente da anterior. Como comentam Foracchi et al (1977, p. 51, apud VARGAS, 2013): "Diversa é a situação do trabalhador que estuda pois, nesse caso, o acidente não é o trabalho mas o estudo." Ou seja, neste caso, o aluno não tem a opção de procurar o trabalho que melhor se encaixa nos seus estudos, pelo contrário, ele executa a função que considera mais rentável, pois o trabalho acaba vindo em primeiro lugar pela necessidade de se sustentar e são os estudos que devem se acomodar à sua situação de trabalho. Há trabalhadores-alunos em ambos os turnos, diurno e

noturno, porém a maior concentração encontra-se matriculada a noite, assim como existem dificuldades adicionais para o estudo neste período, como veremos mais adiante. Este será o aluno foco da nossa pesquisa, o sujeito que trabalha de dia e estuda a noite no curso superior.

O que se percebe nos três perfis de estudantes citados a cima, é que a situação econômica determina fortemente a vida acadêmica dos mesmos. Há os que podem dedicar-se de forma plena aos estudos, para obter experiência profissional só depois de formados; há os que combinam trabalho e estudo com foco em uma experiência profissional concomitante que, ajude, ao mesmo tempo, a custear os estudos; e há finalmente aqueles para quem o trabalho, de qualquer natureza, é condição de sobrevivência e poderão se dedicar aos estudos de forma parcial, de maneira mais ou menos intensa, como no caso do trabalhador-aluno.

Entre os sujeitos que trabalham e estudam, ainda podemos encontrar os que têm jornada tripla.. Principalmente no curso de Pedagogia, a grande maioria dos alunos são mulheres e muitas delas acumulam além de toda a carga diária do trabalhador-aluno, também os afazeres domésticos e as responsabilidades como mães.

3.2 OS EFEITOS DO TRABALHO SOBRE AS CONDIÇÕES DE ESTUDO

Como pudemos observar no capítulo 2 houve, ao longo da história, uma expansão do ensino superior noturno. Dessa forma, é possível afirmar que, em que pese a escassez de vagas públicas nessa oferta, a educação se constituiu como um instrumento para a melhora da vida da classe trabalhadora, uma forma de galgar um patamar social melhor e mais reconhecido pelas classes consideradas superiores.

Observamos que, com o avanço do capitalismo, fez-se necessário buscar maneiras de atender essa parte da população que desejava estudar, portanto foi necessário que o ensino se adaptasse à realidade deste público. Nesse sentido, o governo teve que pensar e criar políticas que dessem oportunidades aos estudantes da classe trabalhadora, possibilitando atender a sua necessidade de conciliar trabalho e estudos.

Devemos entender, porém, que com essa mudança do perfil de pessoas que procuravam o ensino noturno, também deveriam mudar as condições em volta deste estudante, isto é, não só se transferiria o mesmo ensino da manhã para a noite, mas, como aponta Nosella, uma série de fatores deveriam ser adaptados à nova realidade:

Refletindo sobre a implantação de cursos noturnos fundamentada na proposta de Antônio Gramsci, entende-se que organizar um curso noturno não é um empreendimento fácil, pois não é uma mera transferência para as horas noturnas dos cursos diurnos. Ou seja, os métodos, os instrumentos, os conteúdos, os mestres e as motivações são absolutamente diferentes daqueles direcionados aos cursos diurnos. (NOSELLA, 2005 apud BORCK e CORRÊA, 2014, p. 16)

O ensino, portanto, deve considerar todos os fatores determinantes que interferem na formação do discente, pois muitas questões como o ambiente, o currículo e os professores afetam diretamente no processo de formação. Acerca disso, Moreira aponta:

A formação acadêmica é fundamental para a capacitação profissional e sua efetividade depende de condições adequadas, do meio físico, qualidade de ensino, tempo de estudo, concentração e nível de atenção. (MOREIRA, LIMA E SILVA, 2011. p. 01)

A rotina de trabalhar e estudar pode dificultar a vida do aluno, pois o mesmo não tem condições de manter sua vida sem trabalhar e acaba tendo uma rotina extensa para conseguir conciliar o estudo com o trabalho.

Quando observamos a realidade das jornadas acadêmicas dos matriculados no período noturno, percebemos alguns agravantes: "... tempo reduzido com a família, obstáculos contrários ao exercício do estudo extraclasse, dificuldade de aprendizado, muitas vezes relacionada com a carga horária de trabalho, sono reduzido e nível elevado de estresse" (MOREIRA, LIMA e SILVA, 2011. p. 01). Há também a falta de compreensão do professor no que diz respeito a auxiliar nas dificuldades de estudo, sobreposição e acúmulo de atividades, entre outras.

O estudante do ensino superior noturno que trabalha tem uma rotina bem diferente dos que podem dedicar-se exclusivamente aos estudos, pois por sua jornada de trabalho, o tempo que fica disponível para o estudo é bem reduzido. Na maioria das vezes o jovem se desloca a sua instituição de ensino direto do seu trabalho, o que faz com que a rotina acadêmica seja bem cansativa, sem que ao longo do dia possa usufruir de momentos de pausa para o almoço e de descanso. A

ausência de tempo para alimentação correta faz com que muitos dos estudantes optem por lanches rápidos como salgadinhos e lanches nada saudáveis (TERRIBILI FILHO, 2007)

Terribili Filho e Quaglio (2005) consideram ainda, como condições desfavoráveis ao ensino superior noturno, o trânsito e o transporte coletivo. Hoje em dia, há uma grande ênfase na agilidade e na economia do tempo, as pessoas buscam fazer as coisas da forma mais rápida possível a fim de aproveitar cada minuto do dia, o que faz da perda de tempo no trânsito uma questão a ser relevada quando se trata do aluno que exerce dupla jornada e conseqüentemente estuda no período noturno. Este por sua vez tem seus horários de saída do trabalho e entrada nas instituições de ensino que coincidem com o horário de “rush” (grande afluência de tráfego), entre 18h00 e 19h30min, ou seja, este aluno terá que enfrentar o momento do dia de maior concentração de veículos e de pessoas para chegar até seu local de estudo, que pode gerar possíveis atrasos e a não assiduidade devido à incapacidade de superar alguns obstáculos que o transporte pode apresentar (TERRIBILI FILHO, 2004). Além de todo o desconforto das paradas de ônibus e das lotações, essas, como o próprio nome define, estão, muitas vezes, lotadas (TERRIBILI FILHO, 2007).

O horário de saída da faculdade também pode se tornar um problema a ser enfrentado pelo aluno. A grande maioria das instituições têm seu término do turno noturno entre as 22h00 e 23h00, horário que dificulta o retorno dos alunos para suas casas, pois há uma menor quantidade de veículos de transporte público disponíveis e, dependendo da região de estudo e moradia, esta dificuldade pode ser grave. Muitas vezes ele se vê obrigado a adiantar o horário de saída da aula conforme a escala de seu transporte, tendo em vista que se perder determinado coletivo o aluno poderá não ter outra opção de retorno ao seu lar (TERRIBILI FILHO, 2004).

Outro ponto a ser considerado é o perigo a que estes alunos são expostos em ambos os trajetos, de ida e volta das aulas. É sabido que a violência nas cidades está assustando cada dia mais e que não há mais lugar que seja cem por cento seguro. O aluno que estuda a noite estará muito mais suscetível a sofrer algum tipo de delito. Muitas vezes a localização das instituições pode trazer ao estudante dificuldades de acesso e maior vulnerabilidade à sua integridade física (TERRIBILI FILHO, 2004).

3.3 AS CONDIÇÕES DE ESTUDO COMO CONDIÇÃO DE ESTÍMULO E PERMANÊNCIA NA UNIVERSIDADE

Além de uma carga horária diária que diferencia os trabalhadores-alunos dos demais, ainda há a própria estrutura curricular do curso que, na maioria dos casos, não é flexível, e exige de todos os alunos o mesmo rendimento, e usa metodologias nem sempre apropriadas às condições desses alunos.

Os resultados de pesquisas realizadas por Terribili Filho e Raphael (2005a, p. 133) indicam que os estudantes do ensino noturno reclamam quanto às aulas expositivas passivas que são centradas no professor e apresentam exclusivamente teorias e conceitos, pois em geral, durante as aulas noturnas, o aluno já está com pouca disposição física e reduzido nível de motivação. Dezenas de respondentes da referida pesquisa recomendaram que as aulas fossem mais dinâmicas, interativas com discussões em grupos, debates e jogos, caracterizando o ensino como um processo dinâmico, atualizado, criativo e que integrasse, sempre que possível, a teoria à prática vivenciada no dia-a-dia pelos alunos. (TERRIBILI FILHO, 2007. p.117)

A citação acima expõe a necessidade do dinamismo do professor no processo de ensino-aprendizagem, principalmente para com os alunos que estudam no terceiro turno. Afirma-se ainda que nas aulas em que o “professor fala e o aluno escuta”, não há um bom aproveitamento de forma que o discente se faz presente apenas fisicamente. Dessa forma, reforçam os autores: “A estratégia de aula do professor, seu tom de voz, velocidade na fala, sua movimentação e seu dinamismo podem recuperar o interesse do aluno ou agravar a situação” (TERRIBILI FILHO, 2007. p.118).

Segundo Terribili Filho (2004), o ambiente dentro de sala de aula também é um fator que influencia, atuando como estímulo ou desestímulo, na frequência dos alunos. O conforto das salas de aula é um fator importante se compreendermos que o estudante chegará à classe cansado, após sua jornada de trabalho e que, muito provavelmente, terá enfrentado alguns desgastes físicos e psicológicos ao longo do dia. É evidente que ele será influenciado pelo ambiente a que será exposto na instituição. Se lá se deparar com uma sala de aula com muitos alunos, sem uma boa iluminação, com má circulação de ar e muitos ruídos externos e, ainda por cima, o mobiliário e a organização das salas não forem confortáveis, este estudante terá

muito mais dificuldade em manter a concentração e o seu rendimento será inferior ao que se estivesse em um local adequado, sem tantas distrações.

Uma pesquisa realizada com 244 estudantes do curso de Administração de Empresas de uma IES privada da região norte da cidade de São Paulo revela a importância dos fatores relatados na vida acadêmica do trabalhador estudante. A pesquisa tinha por objetivo identificar quais seriam os fatores que motivavam os estudantes noturnos a permanecerem frequentando as aulas. A pesquisa considerou não só a realidade social, como também a estrutura do ambiente de ensino, para entender os problemas que os jovens pesquisados enfrentavam (TERRIBLI FILHO 2002). Em 2004 os resultados foram divulgados na revista Ensino Superior do SEMESP (Sindicato das Entidades Mantenedoras de Estabelecimentos de Ensino Superior do Estado de São Paulo), apresentando as considerações do autor acerca das dificuldades, que os alunos do ensino superior noturno encontram.

A pesquisa em questão ocorreu em setembro de 2002, por meio de um questionário. Dentre os pesquisados, 48% pertenciam ao sexo masculino e 52% ao feminino e do total, dois terços tinham até 25 anos. Em relação ao trabalho, 95% deles exerciam função remunerada e destes, 69% iam direto do trabalho para o curso.

Adentrando as questões pertinentes à rotina diária dos alunos, 61% realizavam trajetos de menos de uma hora até a instituição de ensino, mas 39% precisavam de mais de uma hora para chegar à aula, assim estes já eram expostos ao desgaste do trânsito. A partir do tempo apresentado por eles de um local para outro, a pesquisa tratou da distância que os alunos percorrem, e chegou aos seguintes números: é de mais de 10Km para 75% dos estudantes, mais de 15Km para 58% e ainda há os que percorrem mais de 20 Km num total de 39%.

Depois de uma jornada de trabalho e um maçante percurso até o local do curso não é de estranhar que 76% dos pesquisados alegassem que chegam cansados para participar da aula.

Os resultados mostraram ainda que a segurança pública era uma questão que afetava diretamente os estudantes noturnos, independentemente de serem homens ou mulheres.

Além de todos os fatores externos que podem comprometer o rendimento do aluno trabalhador, há também a desmotivação do mesmo devido à longa jornada

diária, ao cansaço, ao estresse, à falta de tempo para outras atividades, ao sono reduzido, entre outras ocorrências que abalam a sua eficiência.

No contexto acadêmico, percebe-se um rendimento muitas vezes inadequado por parte do aluno que trabalha e sustenta família em relação às atividades estudantis. Em muitos casos ocorre uma insuficiência de tempo para os estudos, mesclado com desânimo, cansaço, falta de sono e estresse. Alguns hábitos dos estudantes também podem prejudicar o rendimento, como dormir tarde e má alimentação (SANTOS; CARELLI 1999 apud MOREIRA, LIMA E SILVA, 2011. p.02).

Uma pesquisa realizada por Borck e Corrêa no ano de 2014 na UFPR, também com alunos do ensino noturno, porém matriculados no curso pedagogia no 4º ano, visou traçar também o perfil de alunos, porém nesta pesquisa percebe-se uma atenção a mais fatores da vivência destes alunos.

Com a coleta de dados percebeu-se que a grande maioria dos 48 estudantes entrevistados eram jovens, na faixa etária de 25. Quando questionados sobre a renda familiar, que é um dos fatores que interfere diretamente no fato do estudante ser trabalhador, 56% apresentam uma renda familiar até R\$2.900,00, o que apresentou uma ligação direta com o número de estudantes que realizavam trabalho remunerado, pois dentre os entrevistados 71% realizavam emprego formal, ou seja, com a renda familiar baixa faz-se necessário que o jovem estudante precise ajudar e complementá-la.

Nessa pesquisa também foram observadas as condições de estudo às quais os alunos eram submetidos e 83% deles alegaram considerar insuficiente o tempo para realizar estudos fora da sala de aula, tendo como fatores que atrapalhariam a formação: falta de tempo disponível para o estudo devido à carga horária de trabalho; cansaço e muito estresse. Também foi relatado por 68% que o fato de trabalharem e estudarem ao mesmo tempo os impedia de participar de atividades extra-curriculares, como palestras e seminários, pois os mesmos alegavam falta de compatibilidade de horários, pois as atividades em questão eram ofertadas no contra turno, quando os mesmos necessitavam trabalhar.

Considerando todas as informações citadas, a pesquisa chegou a um momento de contradição com os entrevistados, pois os mesmos que alegaram tempo insuficiente para estudar, mas quando questionados sobre a viabilidade da quantidade de disciplinas ofertadas, 55% considerou a quantidade inviável enquanto

45% considerou a carga horária adequada e executável, a diferença foi pequena considerando os dados que já haviam sido mostrados.

Em relação aos fatores desmotivadores, a quantidade excessiva de provas e trabalhos foi citada por 77% deles. Segundo as pesquisadoras, os alunos reafirmaram a relação predatória entre trabalho e estudo, porém também reconheceram o papel formador da universidade, pois é por meio dela que poderão ter condições de trabalhos futuros melhores.

Outro fator que incide na frequência e motivação dos alunos das universidades públicas são as constantes greves dos funcionários administrativos e/ou dos professores. Greves, às vezes, por longos períodos, que interferem no calendário acadêmico e no processo de aprendizagem do aluno. Quando ocorre o retorno após os dias parados, a coordenação do curso estabelece novas datas para a reposição das aulas perdidas, que podem estender o calendário para além do tempo normal do ano letivo ou usar finais de semana.

Para o sujeito que é trabalhador e estuda, mudanças do cronograma escolar não são facilmente bem recebidas e geralmente não admitem nenhuma flexibilidade. Muitas vezes o período estabelecido não coincide com o mesmo que ele tem disponível, tornando-se um problema na vida do estudante. Além do que, o tempo ocioso com a greve ou a dificuldade na reposição das aulas, acaba por desmotivar o aluno, fazendo com que esse retorne desinteressado ou até mesmo desista do curso.

Portanto, a busca pelo ensino superior como forma de ascensão socioeconômica permeada por um conjunto de obstáculos. O estudante que trabalha enfrenta a batalha cotidiana de dividir seu tempo entre o trabalho e sua rotina acadêmica e a vida. Encontra na universidade fatores que o motivam, mas também os que desmotivam, que geralmente derivam de um currículo pouco flexível para se adaptar às suas condições e de metodologias empregadas nas aulas que parecem ser mais a transposição do curso diurno para o noturno, do que pensadas para esse aluno com condições e demandas diferentes. Assim, além de traçar o perfil do aluno que precisa trabalhar e estudar, pois só assim conseguimos entender as interfaces que o envolvem, é também necessário atentarmos para outro aspecto muito importante neste processo da formação dos alunos trabalhadores em cursos noturnos: os docentes.

SÍNTESE DO CAPÍTULO

Para entender o trabalhador- aluno foi necessário primeiro defini-lo e diferenciá-lo dos demais estudantes, pois como verificamos o mesmo apresenta particularidades em relação a sua rotina de estudo. Para tanto, foi preciso mostrar, por meio da literatura analisada, as barreiras que este jovem enfrenta, e como o mesmo lida com as diferentes situações do seu dia a dia, considerando a sua dupla jornada.

Questões como tempo percorrido até a instituição de ensino frequentada, o cansaço e a falta de segurança são fatores que têm grande influência negativa na formação acadêmica.

Além dessas condições também surgiram outras pertinentes à instituição, com foco nas condições acadêmicas oferecidas aos jovens, que envolvem desde as condições materiais para a execução das aulas (condições do local, ventilação, iluminação, etc.) até as condições propriamente pedagógicas como o currículo e as metodologias de ensino. Ao analisar estas questões percebemos que outro personagem se faz muito importante neste processo de formação do jovem denominado trabalhador-aluno, personagem este que interfere diretamente em todo o processo de formação e de motivação do aluno, o professor do ensino superior noturno, aspecto que abordaremos mais a fundo no capítulo a seguir a partir de um estudo de caso.

4 O PAPEL DO PROFESSOR NO ENSINO SUPERIOR NOTURNO: ESTUDO DE CASO NO CURSO DE PEDAGOGIA DA UFPR

Após analisar, no capítulo anterior, as condições de trabalho e estudo e o perfil do aluno-trabalhador, debruçarmo-nos neste capítulo sobre as condições, particularidades e desafios do docente que lida no dia a dia com este aluno no ensino superior noturno. Se, como foi dito antes, não basta transferir o curso diurno para o horário noturno para atingir os mesmos resultados, pois o contexto e o aluno são diferentes, como se situa o professor e sua atividade pedagógica neste processo de adaptação?

Optamos por indagar estas questões mediante um estudo de caso no curso de pedagogia noturno da UFPR. Para tanto foi levantado um questionário com o objetivo de colher dados dos docentes que atuam no ensino noturno e suas percepções sobre: as especificidades do ensino noturno para a formação de cidadãos; os desafios postos pelas condições de ensino-aprendizagem com alunos que exercem uma jornada dupla; a adequação do currículo do curso a essas condições; as interferências positivas e negativas entre trabalho e estudo e, finalmente, sobre as adaptações e ajustes que os professores fazem no seu fazer pedagógico para atender este tipo de aluno. O instrumento foi aplicado para uma amostragem de 11 professores dos três departamentos do curso, contendo questões fechadas de múltipla escolha e questões abertas para que os pesquisados pudessem expressar uma visão mais precisa e específica do que se era perguntado.

O capítulo se divide em três seções. Na primeira seção trataremos da função do professor no processo de ensino-aprendizagem, para indagar se há aspectos específicos que se colocam no caso de estudantes que trabalham.

Na segunda seção apresentaremos o desenho da pesquisa realizada com professores do curso de Pedagogia noturno da Universidade Federal do Paraná. Os docentes foram investigados a respeito do seu trabalho, da pedagogia adotada e a respeito do olhar e das ações dos mesmos em relação aos trabalhadores alunos e às especificidades do turno noturno.

Os resultados da pesquisa serão explorados na terceira seção, na qual se fará possível compreender mais o trabalho do docente em tal contexto específico.

4.1 O PAPEL DO PROFESSOR NA FORMAÇÃO DO ALUNO TRABALHADOR

Já apresentamos a história do ensino superior noturno no Brasil e como se deu o acesso às instituições de educação superior; falamos também sobre quem é o aluno que frequenta esses cursos de graduação; discutimos sobre alguns motivos que os impulsionam a estudar e quais são as dificuldades por eles encontradas durante a vida acadêmica. Agora pretendemos trazer à discussão outro elemento chave, o professor do Ensino Superior do turno noturno, mais especificadamente o do curso de Pedagogia da Universidade Federal do Paraná (UFPR) e, a partir de um questionário aplicado com alguns deles, tentar caracterizar como veem o ensino dos trabalhadores- estudantes.

O professor é quem está na linha de frente para atender a demanda de alunos que adentram a Universidade e é nele que são depositadas as maiores expectativas, portanto os professores têm um papel importante no processo de ensino-aprendizagem no que diz respeito à motivação do aluno em aprender (FALLOWS e AHMET, 1999 apud TERRIBILI FILHO, 2004. p.28).

... o educador tem papel-chave em transformar os educandos em estudantes independentes e motivados, pois o papel do professor não é exclusivamente o de se preocupar com itens factuais de conhecimento ou introduzir debates-chave aos estudantes, mas também, procurar passar entusiasmo e influenciá-los ao aprendizado, pois o conhecimento prévio é insuficiente e os estudantes chegam à escola sem o entusiasmo necessário para o aprendizado da matéria. (FALLOWS e AHMET, 1999 apud TERRIBILI FILHO, 2004. p.28.)

Levando em conta o exposto na citação anterior, é possível ainda fazer referência ao que Silva (2014) expõe, quando afirma que entre os trabalhadores alunos há o sentimento de vitória ao ingressar ao ensino superior, ao superarem as dificuldades que muitos encontram até concretizarem essa primeira parte do sonho de possuir um diploma. E, para tanto, depositam a confiança sobre a figura do professor, anseiam que ele possa atender o desejo de conduzi-los no caminho de se tornarem bons profissionais da área. E nas palavras da autora, “Esperam que os professores compreendam o seu esforço ou que respeitem seu ritmo sem, no entanto, deixar de lado a exigência” (Silva, 2014. p. 10).

É muito comum ouvir entre os alunos que gostam mais de uma disciplina do que de outra, e muitas vezes é a forma como veem o professor que determina o

quanto gostam ou não. A construção de bom relacionamento entre docentes e discentes se faz tão importante quanto a própria habilidade do professor em transmitir seus conhecimentos.

Silva (2014) argumenta sobre a necessidade do docente compreender que o trabalhador- aluno tem seu tempo limitado para os estudos, e para tal, indaga, “se o estudante não tem tempo para estudar (e isto é um dado palpável para quem é docente na Universidade) por que não proporcionar este tempo?” (p.4)

Para responder essa questão, a autora começa afirmando que para muitos alunos a relação entre estudo e trabalho é indispensável, tendo em vista que para que o mesmo possa manter as despesas do curso e, mesmo que em graduações em instituições públicas, se faz necessário uma renda para gastos com transporte, lanches e materiais didáticos. Portanto, é muito importante que o professor compreenda que trabalho e estudo, para estes, é indissociável. Caso o sujeito necessite fazer a escolha entre continuar os estudos ou permanecer no emprego, ele é forçado a optar pela vaga remunerada.

O docente deve ter como base essa lógica e ainda compreender que muitas vezes, ou melhor, na maioria das vezes, as escolhas de cursos não são “escolhas”, bem como acreditam. Para o trabalhador-aluno o curso é “necessidade”, e é o que ele teve como possibilidade (dadas as condições postas pelo exame vestibular e os custos), mas nem sempre é o que desejariam cursar.

Silva segue constatando que para evitar possíveis desistências por escassez de tempo, deve haver uma reorganização curricular de forma a atender a demanda de trabalhadores-alunos, sem que estes necessitem optar por outras prioridades. Porém, a autora alerta para as barreiras que os próprios professores podem criar em se tratando de mudanças: muitos se manifestarão contra a diminuição das horas ministradas e a inclusão de horas de estudo.

Terribili Filho (2004) faz referência à pesquisa apresentada por Lembo (1975), na qual o autor afirma que um bom professor precisa dominar quatro atitudes a fim de obter uma aprendizagem significativa e um ensino eficiente. A primeira traz a ideia da capacidade de ouvir e aceitar o que vem do aluno, ou seja, compreender que a sala de aula é um ambiente de troca mútua, e que o corpo do discente também fala, ou seja, com gestos e emoções, estreitando os laços de maneira se tornar uma relação de confiança e de respeito.

A segunda apresenta a necessidade da flexibilidade e da criatividade docente, de forma que o mesmo deve compreender que a sala de aula é composta de sujeitos com especificidades e que ele deve saber empregar diferentes diagnósticos, planejamentos, processos de auxílio e de avaliação, a fim de atender os alunos conforme suas limitações. Assim o professor entende que não há uma fórmula única e nem um padrão universal a seguir, e sim indivíduos com dúvidas e anseios particulares.

A terceira exige que o professor mantenha uma atitude geral de experimentação, na identificação e promoção das condições de aprendizagem. E por último o autor atenta para o olhar de autoreflexão que o docente deve lançar a sobre sua ação, de forma que possa ser crítico e assim encontrar caminhos pedagógicos mais construtivos para si mesmo e para os outros.

Com base nessas observações, Silva (2014) sugere algumas propostas para os professores que atuam com alunos trabalhadores:

- Que possamos realmente enxergar no discente a figura do trabalhador e que o currículo seja organizado com base neste dado.
- Que a qualidade de ensino seja equacionada pela ideia de que é preciso contemplar no currículo horas de estudo e para tanto será necessário rever os conteúdos das disciplinas retirando os que (conforme afirmam os próprios discentes) são repetitivos.
- Que a mudança curricular seja assumida por uma visão coletiva de formação e não por individualidades somadas. E, o mais importante, embora muito difícil, que os alunos possam participar efetivamente desta mudança e talvez uma forma de tornar este trabalho mais eficaz seja incorporar os egressos no debate dado que a relação discente e docente é perpassada pelo poder que é levado em conta pelos alunos mesmo que sua opinião venha pautada pelo anonimato. Ou seja, os anos cursados nos níveis anteriores fazem dele um ser movido pela desconfiança. (SILVA, 2014. p.12)

Após apresentarmos a importância do docente e do seu trabalho na construção do conhecimento do trabalhador-aluno, é necessário, dar voz ao professor. Para tal, fizemos uma pesquisa de campo, com ela, acreditamos que poderemos estabelecer a visão deste profissional sobre os aspectos que foram debatidos até o momento, bem como mostrar seus anseios e suas expectativas.

4.2 DESENHO DA PESQUISA

A pesquisa foi realizada mediante estudo de caso com professores do curso de Pedagogia da UFPR, no turno noturno, com o objetivo de investigar como os professores enxergam esta modalidade de ensino direcionada a trabalhadores-alunos, quais são os principais desafios que encontram e quais são as formas de enfrentar os obstáculos que eles têm desenvolvido em sua prática docente.

Foram investigados 11 professores, que representam em torno de 10 % do corpo docente do Setor de Educação da UFPR, incluindo docentes dos três departamentos, sendo dois professores do DTPEN (Departamento de Teoria e Prática de Ensino), três do DTFE (Departamento de Teoria e Fundamentos da Educação) e cinco do DEPLAE (Departamento de Planejamento e Administração Escolar). Os professores também foram questionados a respeito do tempo que estão na universidade e qual período lecionam, conforme tabela 4.1.

TABELA 4.1 – PERFIL DOS PROFESSORES ENTREVISTADOS QUANTO A ATUAÇÃO E EXPERIÊNCIA

Tempo de atuação na UFPR	Período de atuação predominante na atividade docente			
	+ Noturno	Noturno e Diurno	+ Diurno	Total
Até 3 anos	0	2	0	2
De 3 a 6 anos	0	1	0	1
De 6 a 12 anos	1	0	0	1
Mais 12 anos	4	3	0	7
Total	5	6	0	11

Fonte: pesquisa de campo

A tabela 4.1 expõe o tempo de atuação dos professores. Verificou-se que 7 dos 11 entrevistados possuía longo tempo de experiência docente superior a 12 anos. Podemos observar também nela o período em que os professores atuam. Percebe-se que 6 professores ministram suas aulas tanto no período noturno quanto no diurno, e 5 o fazem predominantemente no turno noturno. Nenhum dos professores trabalha de forma mais preponderante no ensino diurno. Desta forma, a amostra de professores resultou interessante para a nossa pesquisa, pois os mesmos podem, pela sua experiência, identificar as particularidades do ensino noturno, e as diferenças e especificidades que podem vir a ocorrer, entre os discentes que atuam nos período diurno e/ou noturno.

4.3 RESULTADOS E DISCUSSÃO

A pesquisa realizada com os professores revelou diversas problemáticas. Enquanto diversas questões já eram esperadas a partir dos resultados revelados por das pesquisas anteriores, outras percepções dos docentes sobre a vida acadêmica dos trabalhadores alunos resultaram novas. A seguir, expomos os principais resultados da investigação, separados por tópicos.

4.3.1 Condições da formação do trabalhador-aluno

Indagamos, primeiramente, quais são as características dos estudantes do curso de Pedagogia noturno segundo os professores entrevistados. A análise dos dados revelou, como era de se esperar, uma alta frequência de respostas que relacionavam o trabalho como uma característica significativa do estudante noturno. A segunda característica mais citada foi a escassa disponibilidade de tempo dos alunos para frequentar a universidade em períodos extra-aula, como pode se observar na tabela 4.2. Um professor notou diferentes motivações para estudar, comparado com os alunos do curso diurno, e outro não notou diferenças essenciais.

TABELA 4.2 - CARACTERÍSTICAS ESPECÍFICAS DOS ESTUDANTES DO PERÍODO NOTURNO, SEGUNDO OS DOCENTES:

Características específicas	Frequência
Possuem emprego	7
Pouca disponibilidade para frequentar a universidade além do tempo de aula	3
Diferentes motivações para formação	1
Não há diferença entre os estudantes do diurno comparados ao do noturno	1
Outros	2
Total	14

Fonte: pesquisa de campo

Na análise da visão dos docentes foi possível fazer uma relação com o apontado por Vargas (2013), que diferencia os alunos conforme sua disponibilidade para estudar. O jovem que trabalha na maior parte do seu dia e estuda nas horas vagas, é o trabalhador-aluno. Possuir um emprego foi a característica que os docentes apresentaram com mais frequência, sobre os alunos do noturno, porém é preciso compreender que, especialmente no curso de pedagogia, em que há oportunidades de emprego em todos os períodos, é comum haver trabalhadores-alunos também no curso diurno.

A questão da motivação, foi citada por apenas um docente que relatou que, nos períodos diurno e noturno, os jovens são motivados para se formarem por situações diferentes, portanto suas características e o seu rendimento serão observados de formas distintas.

Para evidenciar as características diferentes entre os discentes dos turnos diurno e noturno, questionamos os docentes a respeito da forma como os estudantes que não trabalham utilizam seu tempo livre, e se, na opinião deles, o usavam para estudar mais. Percebemos que as respostas a tal questão reafirmaram algumas dualidades que já tínhamos apresentado e trouxeram à tona aspectos que nós não havíamos abordado de forma explícita.

Chamou-nos a atenção o número bastante elevado de professores (4) que não responderam a esta questão. Entre os que responderam, sete professores

concordam em que os alunos que não trabalham não estudam mais que os que trabalham.

TABELA 4.3 - CARACTERÍSTICAS DOS ALUNOS QUE NÃO TRABALHAM

Estudantes que não trabalham	Sim (frequência)	Não (frequência)	Não sabe (frequência)	Não opinou (frequência)
- estudam mais do que os que trabalham	0	7	3	1
- participam mais nas aulas do que trabalham	0	1	3	1
- cumprem as atividades com menor dificuldade	1	1	3	1
- tem o mesmo rendimento e aproveitamento de que os demais que trabalham	1	1	3	1
- organizam melhor o tempo disponível para estudos	0	5	3	1

Fonte: pesquisa de campo

Os professores argumentaram de forma clara, que não acreditam que os jovens não-trabalhadores estudem mais, ou utilizem melhor o seu tempo, pelo contrário, relataram que, por dispenderem de maior tempo livre acabam não o utilizando de fato para estudar e apresentam o mesmo ou inferior rendimento que os demais trabalhadores-alunos. Porém, cabe ressaltar que nesta questão não especificamos alunos do diurno ou noturno, apenas solicitamos a análise dos alunos que trabalhavam e os que não trabalham. Nesta questão um dos relatos nos chamou a atenção:

Normalmente quem não tem muito tempo está mais acostumado a fazer coisas de modo que se empenham mais. Quanto mais tempo disponível se tem, menor empenho, ou melhor intensidade, porque a intensidade é inversamente proporcional ao tempo disponível. (Entrevista ao docente 3)

Após considerar as opiniões de Mendes (1986), o qual cita a interferência do cansaço e da dupla jornada na vida do trabalhador aluno, indagamos aos docentes se este fator aliado à falta de tempo, seriam as principais questões relacionadas à precarização do ensino no período noturno. Esta questão nos surpreendeu também, pois nenhum docente alegou concordar plenamente com tal afirmação. Dos

pesquisados, oito alegaram concordar em parte, pois segundo os docentes, estes não seriam os únicos fatores que interfeririam na formação do jovem, pois haveria ainda questões relacionadas à vida pessoal e às condições da instituição de ensino. Dois professores alegaram discordar da afirmação e um não justificou sua resposta.

Porém para a nossa pesquisa era fundamental que os docentes relatassem quais, segundo eles, seriam os demais fatores que contribuiriam para a precarização do ensino, pois pretendíamos que eles, em seu papel fundamental na formação do aluno, mostrassem-nos se haveria algum outro fator a ser observado. Esta questão resultou em outro quadro que acabou por complementar a questão citada anteriormente.

TABELA 4.4 – OS FATORES QUE CONTRIBUEM A PRECARIZAR A FORMAÇÃO DOS ESTUDANTES, SEGUNDO OS PROFESSORES

Fatores que contribuem a precarizar a formação dos estudantes:	Frequência
Escassez de tempo para estudar	7
Não adequação do currículo	4
Dupla jornada	3
Falta de hábito de leitura e de estudo	3
Estágios predatórios	3
Cansaço	2
Condições de acesso aos materiais	1
Horário de aula mais limitado	1
Falta de segurança	1
Dificuldade no deslocamento	1
Cuidados com o bem estar	1

Fonte: pesquisa de campo

Escassez de tempo, dupla jornada e cansaço são fatores destacados, reforçando os achados em pesquisas anteriores, relatadas no capítulo três. Assim, um professor expressa:

...o cansaço vence muitas vezes. Alguns alunos chegam a dormir em sala de aula e muitos não dão conta das leituras e tarefas a realizar em casa. Muitas vezes os alunos realizam em aula as tarefas de outras disciplinas e do seu trabalho. (Entrevista ao docente 8)

Na tabela 4.4 expomos outras questões que vão além do cansaço e a falta de tempo, como fatores que interfeririam na formação do trabalhador-aluno. Como exposto anteriormente, Moreira, Lima e Silva (2011), salientam questões como a adequação dos currículos e estágios predatórios. A não adequação do currículo à realidade do aluno que trabalha assim como a falta de hábitos de estudo foram salientadas por quatro e três professores respectivamente. Estes constituem fatores pedagógicos que contribuem para a precarização da formação do trabalhador-aluno. Além disso, três professores consideraram que os estágios, em vez de ser uma iniciação à prática profissional durante a formação, são frequentemente predatórios, reforçando o problema do cansaço e falta de tempo, e não trazendo os benefícios acadêmicos pretendidos.

Observamos que, conforme dito pelos docentes, estas dimensões precarizantes não dependem somente da rotina cotidiana do trabalhador-aluno, mas de toda a estrutura da universidade, bem como das especificações em Projeto Político Pedagógico do curso. Segundo os entrevistados, a universidade não adequa as atividades para este público e não consegue oportunizar as mesmas atividades para ambos os turnos, portanto, acaba por prejudicar a formação do discente que necessita trabalhar.

Os professores alegaram ainda que estes alunos são impedidos de desenvolver atividades extraclasse devido ao modelo curricular desta instituição de ensino. Questões como a falta do hábito de leitura, deslocamento, segurança, cuidados com bem estar e condições de acesso aos materiais da universidade, também foram citados, mas com menor frequência.

Os aspectos salientados pelos professores ressaltam a segunda e a terceira atitudes referenciadas por Terribili Filho (2004) sobre a pesquisa de Lembo (1975), pois mostram a capacidade dos professores de analisarem as interfaces curriculares

bem como os métodos de ensino, como é o caso dos estágios, que segundo eles são predatórios e deveriam ser repensados.

Para tanto, questionamos os docentes, se na sua experiência na instituição, teriam participado de discussões para adaptar o currículo, a dinâmica do curso e as limitações de tempo dos alunos que trabalham. Como resposta, obtivemos seis docentes que responderam afirmativamente, explicando que de alguma forma configuram sua atuação de maneira a pensar nas especificidades desses alunos, e que já participaram de algum debate acerca de tal necessidade. Porém, cinco professores afirmaram que nunca tiveram um momento de reflexão sobre o assunto, o que resulta preocupante.

Dentre os que responderam positivamente a questão, a duração do curso foi bastante destacada e o fato de ser desenvolvido em cinco anos se mostrou um item que está sendo repensado. Afirmam que há uma discussão no NDE (Núcleo Docente Estruturante) a respeito de uma nova configuração da matriz curricular para que o curso seja realizado em quatro anos, porém tal mudança ainda se faz uma grande preocupação, tendo em vista que esta a reorganização do currículo, de maneira a compactá-lo, implicará em diminuição das disciplinas e da carga horário de outras.

Outro ponto salientado foi a adaptação do horário de início das aulas por alguns professores, para que o discente que vai à aula diretamente do trabalho e tem que enfrentar o trânsito de Curitiba e região metropolitana para chegar até à instituição não seja prejudicado com possíveis atrasos.

Assim como já dialogamos no capítulo três acerca dos transtornos que o estudante pode encontrar até chegar a instituição, podemos afirmar que flexibilizar alguns horários e admitir algumas situações deve fazer parte da conduta do docente.

Alguns professores afirmaram que tentam pensar as aulas de maneira a considerar as exigências e anseios dos alunos que trabalham.

Eu utilizo matérias das mídias para provocar debates e discussões relacionados ao conteúdo: notícias, filmes, entrevistas, recortes de jornais e revistas, artigos polêmicos. Às vezes os alunos realizam seminários de debates com temas pré-definidos e utilizando materiais coletados na internet; também provoço discussões com a opinião e o senso comum dos alunos em discussões de grupo sobre temas que estamos trabalhando. Costumo também utilizar dinâmicas de grupo para mobilizar a turma...entre outras coisas. Observação: não foram poucas as vezes em que, com tudo isso, eu fiquei com a impressão de que não foi suficiente para auxiliar os alunos a superar a necessidade de ter tempo para estudar e refletir sobre

os conteúdos, juntar com a experiência no trabalho ou nos estágios. (Entrevista ao docente 8)

Como é possível perceber na citação acima, os próprios professores se deparam com a problemática do tempo dispensado para os estudos por parte dos alunos que têm dupla jornada. Assim, outro entrevistado expressa:

Nosso grande desafio nesse momento é ter um projeto pedagógico de curso que prime pela qualidade da formação e que considere as realidades de vida dos/as estudantes.” (Entrevista ao docente 7)

Na tabela 4.5, a seguir, relacionamos a participação dos docentes em discussões sobre o ensino noturno e os anos de experiência na instituição.

TABELA 4.5 - PARTICIPAÇÃO DOS DOCENTES EM DISCUSSÕES SOBRE O ENSINO NOTURNO SEGUNDO ANOS DE EXPERIENCIA

Tempo de atuação na UFPR	Sim (frequência)	Não (frequência)
Até 3 anos	2	1
De 3 a 6 anos	1	0
De 6 a 12 anos	1	1
Mais de 12	3	2

Fonte: pesquisa de campo

Com a tabela 4.5 se faz possível perceber que o número maior de professores que já tiveram a oportunidade de pensar o curso segundo as necessidades do trabalhador aluno está concentrado entre os que têm mais tempo de exercício na UFPR, e tem uma discussão mais recente, envolvendo os que têm menor “tempo de casa”. Pelo *timing*, podemos vincular os momentos de discussão aos de reforma curricular, denotando que não se trata de um tema de reflexão contínua.

Ainda sobre as alterações realizadas no currículo e a dinâmica do curso, perguntamos aos docentes se essas mudanças tinham redundado em melhorias nas condições de estudos dos trabalhadores-alunos.

Dentre os entrevistados, seis afirmaram que não, e apenas dois, que sim. Três ainda alegaram que em partes, tendo em vista que mesmo com algumas mudanças, como o início das aulas passando de 18h30min para 18h50min, a

Universidade está longe de proporcionar melhores condições de estudos para os trabalhadores-alunos.

Atentando aos que alegaram não ter ocorrido mudanças significativas, a fala abaixo é esclarecedora:

Grosso modo a situação geral continuou a mesma. Permanece a concepção de um curso “aulista” engessado por um excesso de disciplinas obrigatórias e por um sistema de horário que não condiz com o que é uma universidade. (Entrevista ao docente 11)

Na sequência indagamos os professores se, de maneira individual, em sua forma de trabalho, têm optado por utilizar métodos pedagógicos diferentes nos períodos diurno e noturno para enfrentar melhor as dificuldades que caracterizam as aulas com grande número de trabalhadores alunos, como nos cursos noturnos. As respostas foram sintetizadas na tabela 4.7.

TABELA 4.6 – DIFERENCIAÇÃO DE MÉTODOS DE TRABALHO NOS PERÍODOS NOTURNO E DIURNO

Utiliza métodos pedagógicos diferentes no período noturno?	Sim	Não
	4	5

Fonte: pesquisa de campo

Cinco docentes afirmaram não mudar os métodos, quatro o fazem e dois docentes não responderam a questão. Dentre os quatro docentes que responderam positivamente, foi citada a questão da criação de estratégias, como: trabalhar textos mais acessíveis, cuidar a entonação da voz, incentivar a participação mais ativa dentro de sala de aula com debates. Assim, por exemplo, um docente explica:

Eu procuro alongar os prazos de entrega de tarefas e trabalhos para os estudantes do noturno. Procuro utilizar dos recursos tecnológicos digitais (e-mail, blog, sites) no sentido de otimizar os tempos e dar-lhes todas as orientações necessárias. Agora, a leitura é condição *sine qua non* para as aulas de estudo e debates. E, neste sentido, eu sou radical. Não há como estudar numa universidade sem ler, sem estudar e sem compromisso com o seu aprendizado. É preciso dedicação e compromisso do aluno. (Entrevista ao docente 4)

Este, bem como outros professores, sustentaram a importância do interesse do aluno e sua responsabilidade frente ao curso e sua formação. Outro entrevistado afirma:

Ninguém chega ao conhecimento sem passar por um processo penoso e disciplinar. (Entrevista ao docente 1)

Tais afirmações vinculam-se com as questões de relacionamento entre docentes e discentes citadas por Silva (2014), que ressalta a importância de o professor compreender o aluno e todo o contexto social em que este está inserido. Quando o mestre é capaz de fazer essa reflexão, se faz mais sensível às possíveis limitações e ansiedades de seus alunos e torna-se mais capaz de adequar sua prática pedagógica para enfrentar as dificuldades.

Compreendendo que trabalhar e estudar pode ter também sinergias positivas para os alunos, sondamos os professores sobre quais consideram ser os aspectos positivos mais relevantes dessa situação.

TABELA 4.7 – ASPECTOS POSITIVOS ADVINDOS DO TRABALHO PARA A FORMAÇÃO

Aspectos positivos	Frequência*
Alunos que trabalham no campo da educação trazem sua experiência para debate nas aulas	9
Valorização da formação pelo esforço realizado	3
Maior responsabilidade	2

Fonte: pesquisa de campo
*mais de uma resposta possível.

Praticamente todos os professores afirmaram que os alunos que trabalham no campo da educação trazem sua experiência para debate nas salas de aula, assim agregando conhecimento para a turma, bem como saciando suas dúvidas. Além da articulação entre teoria e prática, o discente se mostra mais interessado pelo assunto e acaba por ter mais facilidade para aprender os conteúdos. Outros professores afirmaram que o esforço do aluno que trabalha o leva a valorizar mais sua formação e a adquirir maior responsabilidade.

Portanto, conforme os levantamentos dos docentes, podemos afirmar que possuir jornada dupla, ou seja, trabalhar e estudar, pode trazer benefícios, tendo em vista o aproveitamento e a relação das duas práticas, uma em benefício da outra.

Assim, como foi possível verificar ao longo deste escrito, e ainda fazendo referência a Terribili Filho (2004), quando este expõe a pesquisa de Lembo (1975), o professor deve ser capaz de saber dar voz ao aluno e ao mesmo tempo fazer uma autoreflexão sobre seu trabalho para poder corresponder às expectativas dos alunos e às suas próprias, assinalando que o bom aproveitamento do discente motiva o docente em sua prática.

4.3.2 Relação professor-aluno

O ponto seguinte da pesquisa buscou identificar quais têm sido as principais estratégias utilizadas pelos docentes para estimular a permanência dos alunos no curso, visto que, segundo a literatura, o docente tem um papel fundamental na formação do estudante e seu sucesso no curso. A maior parte dos professores ressaltou que procura estreitar a relação professor-aluno, de forma que ambos possam dialogar sobre possíveis dificuldades e dúvidas durante o curso.

Procuro conversar no sentido de refletir junto a eles que o estudo é importante e exige escolhas e sacrifícios. Se temos uma meta na vida devemos perseguí-la e não desistir diante das dificuldades que virão pela frente. (Entrevista ao docente 2)

A flexibilidade também apareceu em algumas respostas como estratégia, sendo operacionalizada mediante uma série de ações:

- oferecer possibilidade de recuperação de estudos (reelaboração de trabalhos corrigidos, com a indicação dos problemas a serem corrigidos),
- orientação individual em horários acessíveis aos alunos,
- comunicação por e-mail quando observa faltas injustificadas,
- aplicação de discussões de vinculem teoria com situações concretas,
- entrega com antecedência dos textos que serão trabalhados para que o aluno se organize nas leituras,
- autorização para discentes que necessitam se ausentar antes do término da aula, para que possam chegar a tempo e em segurança para pegar o transporte público.

Estes pontos levantados reafirmam as propostas que Silva (2014) sugere a professores que trabalham diretamente com trabalhadores-alunos. É necessário, portanto que o docente seja capaz de receber críticas e de se auto criticar, afim de fazer uma reavaliação constante de sua prática pedagógica.

4.3.3 Condições de estrutura e de currículo da UFPR

Exploramos também sobre como julgam os professores estar as condições estruturais disponíveis no Curso de Pedagogia da UFPR, como iluminação, ventilação, dentre outras, tendo em vista que, como já comentamos, são fatores que interferem diretamente na formação do aluno, pois quando precárias incidem de forma negativa.

A partir das respostas elaboramos uma tabela que apresenta as condições positivas e negativas da estrutura do curso:

TABELA 4.8 - CONDIÇÕES ADEQUADAS E ADVERSAS DA ESTRUTURA DO CURSO

Condições adequadas	Condições adversas
Espaço humanizado	Falta de salas de aula
Recursos multimídia	Falta de segurança
Iluminação e ventilação	Pouco espaço de convívio
	Mobiliário inadequado
	Horário da biblioteca pouco acessível
	Xerox sem qualidade
	Cantina sem qualidade
	Banheiros escassos
	Ventilação e Iluminação
	Materiais e equipamentos

Fonte: pesquisa de campo

A tabela 4.9, nos mostra o quanto o prédio que o curso ocupa na Universidade Federal do Paraná está longe de ser um espaço apropriado para o conhecimento. Questões estruturais afetam a vida acadêmica dos alunos, mas também o trabalho dos docentes, que por vezes, têm que conviver com situações impróprias, que impedem o bom desenvolvimento do seu trabalho. A questão da iluminação e ventilação do espaço físico foi o único fator de avaliação contraditória entre os professores.

Terribili Filho (2004), como já apresentamos, trata das questões estruturais como fatores que podem contribuir diretamente para o estímulo ou desestímulo à frequência do aluno, o que corrobora com a opinião de alguns dos docentes.

Ao longo dos anos de nossa formação acadêmica, mais precisamente, entre 2011 e 2015, muito ouvimos falar sobre um novo prédio que estava sendo preparado para atender o curso de pedagogia e as licenciaturas. Por um tempo, o assunto tomou conta dos corredores da Reitoria e muitos colegas já faziam planos para se deslocar do prédio novo até suas residências ou dos locais de trabalho até a instituição. Porém, hoje, o prazo estabelecido para a mudança não foi cumprido, permanecemos no local antigo e quase não se ouve mais falar do novo *campus*.

Finalizando a pesquisa, abordamos quais seriam, na opinião dos professores, as atitudes tomadas pela UFPR para estimular e garantir permanência do aluno no curso.

Alguns professores afirmaram que a Universidade vem pensando em estratégias que atendam esta necessidade, porém ainda há uma grande deficiência neste ponto. Para tanto, o PPP (Projeto Político Pedagógico) deve apontar para a garantia de melhores condições principalmente para os estudantes que frequentam o ensino noturno.

Afirmam que se faz necessário antes mesmo de pensar em estimular a permanência, evitar que ocorra o desestímulo, tendo em vista que os cursos ainda estão enraizados no modelo conservador.

... embora [as condições] não sejam as ideais, como já disse as pessoas precisam se sentir bem no espaço, acolhidas. O espaço não se faz só de mobiliário e paredes, ele é feito de relações, de possibilidades de vivências. Considero que as condições de permanência dos/as estudantes também precisam ser consideradas relativamente ao seu envolvimento com o curso, assim embora a participação por representação tenha ocorrido via CAAT, também precisamos avançar na participação efetiva em diferentes

dimensões, o diálogo deve ser um princípio de qualquer processo formativo, inclusive para que diferentes pontos de vista sejam confrontados e com isso avancemos na constituição de uma universidade e de um curso que de fato considere os sujeitos que o constituem e que assegure o seu direito e desejo de estar nesse lugar. (Entrevista ao docente 7)

Podemos perceber, a partir das questões abordadas, que a posição social do aluno associada às condições proporcionadas pela instituição e pelo docente, determinam boa parte do rendimento do discente. O esforço do docente assim como sua relação com o trabalhador-aluno aparecem como fatores relevantes em todo o processo de formação, de acordo com nossa pesquisa, assim como o papel do próprio aluno como atuante em sua formação, enquanto sujeito ativo e responsável da mesma.

4.3.4 Instituição de ensino superior pública x IES privadas e as políticas de incentivo ao ingresso e permanência do aluno

Outro aspecto sobre o qual indagamos em nossa pesquisa foi sobre a perspectiva dos docentes sobre as políticas de acesso ao ensino superior, em particular sobre a maior expansão da oferta de vagas nas instituições privadas em comparação com as públicas. Indagamos junto aos docentes se mesmo com a grande oferta nas IES privadas, as universidades públicas ainda conseguem manter um padrão de qualidade superior na formação do trabalhador-aluno.

Seis dos onze professores, responderam que as universidades públicas conseguem formar pessoas com maior domínio científico do que as IES privadas, e os demais não opinaram sobre o assunto. Em relação ao tema, um professor ponderou:

Não tenho dúvida de que a Universidade pública ainda promove uma formação de maior qualidade. Na rede privada a educação é mercadoria e se paga para obtê-la. Muitas vezes estas instituições estão mais preocupadas com o lucro do que com a formação dos alunos. (Entrevista ao docente 1)

Dentre as respostas, surgiu a questão da ampliação das ofertas de vagas, assim como fora mencionado ao longo deste estudo. Como constatamos segundo os dados do Censo de Educação Superior - 2012, mais especificamente na tabela 2.2,

há uma grande diferença no número de IES públicas e privadas, o que conseqüentemente gera um número desigual de ofertas de vagas.

Houve, ainda, um docente que fez uso ao exemplo pessoal citando sua experiência com o ensino noturno:

Eu, por exemplo, se não tivesse tido a oportunidade de realizar o curso à noite, talvez não estaria aqui respondendo este questionário. (Entrevista ao docente 4)

Ainda se tratando das redes de ensino, questionamos os docentes sobre sua opinião a respeito do PROUNI e do FIES. Obtivemos duas posições sobre o tema, enquanto um terceiro grupo formado por quatro professores não se pronunciou sobre o assunto.

Posicionamento contrário - três professores foram categóricos em seu posicionamento contrário a estas políticas, pois defendem o uso exclusivo das verbas públicas para melhorias e ampliações das Universidades Federais.

Embora estes programas se assentem na defesa da democratização do acesso ao ensino superior, sou completamente contra o financiamento público da educação privada, defendendo que temos que ampliar a oferta em rede pública, ainda que este projeto seja mais custoso e moroso; mesmo com todos os problemas enfrentados nas Universidades públicas estas ainda são as instituições que presam por uma educação de qualidade em não veem a educação como mercadoria. (Entrevista ao docente 7)

Posicionamento favorável com ressalvas - quatro afirmaram em suas respostas que tanto PROUNI quanto FIES são políticas importantes para o Brasil, considerando o momento atual da educação, no qual não há vagas suficientes na rede pública que atenda a demanda. Porém salientaram o fato dos recursos desses programas serem oriundos de verbas públicas, tendo em vista que tais atendem as instituições privadas quando deveriam atender o setor público.

Toda política de educação não pode se restringir a disponibilização de recursos. É preciso acompanhar a aplicação, analisar programas, avaliar resultados. Como no Brasil isto não é feito - nem no público, nem no privado, tal investimento se torna inútil. (Entrevista ao docente 3)

Indagados quanto ao fato destas políticas serem ou não compensatórias, as opiniões se dividiram novamente em duas posições, com abstenção de resposta por quatro professores:

- A grande maioria, num total de seis professores, responderam positivamente, ou seja que as políticas são compensatórias, tendo em vista a necessidade

de suprir a demanda por vagas no ensino superior, que as IES públicas não são capazes de atender.

A meu ver, pensar em ensino público para todos é utopia. Esses programas auxiliam pessoas a conseguir formação superior, mas não solucionam a carência efetiva de ensino superior que o país tem. (Entrevista ao docente 8)

- Um dos docentes foi oposto aos anteriores e relatou que:

Não, são políticas importantes para a ampliação do acesso. Podem ser compreendidas como políticas afirmativas e não compensatórias. (Entrevista ao docente 10)

Assim, constatamos tanto na literatura revisada como também na posição da maioria dos docentes, o PROUNI e o FIES, se fazem políticas de certa forma compensatórias, para aliviar a baixa oferta de vagas nas IES públicas, que as instituições privadas acabam por atender.

SÍNTESE DO CAPÍTULO

Após definir e analisar as condições do trabalhador-aluno, outro sujeito que está diretamente ligado a sua formação e que por muitas vezes se mostra como peça chave, é o professor. Para tanto, adentramos a literatura que trata o docente e a forma como este lida com o discente, bem como as implicações de seu trabalho, no processo de aquisição do conhecimento.

Foi possível perceber, com base em alguns autores que o professor é muito mais do que fonte de saber, é uma figura indispensável na promoção de estímulos à permanência ou não do alunado. É ele quem por meio de sua abordagem pedagógica provoca ânimos, convicções, desgostos e paixões.

Tendo como base a literatura, fez-se necessário ouvir o que pensa o professor do curso noturno e qual seu olhar para o público que esta modalidade de ensino atende. Assim, por meio de uma pesquisa aplicada a 11 docentes do curso de pedagogia, tecemos uma linha de pensamento a respeito. Podemos perceber que há diferentes perspectivas sobre o ensino a noite e o trabalhador-aluno.

Há os que dizem que ambos os públicos, alunos do noturno e do diurno, devem ser abordados com a mesma metodologia e que o que muda é a conduta

individual de cada um. Mas há também os que conseguem perceber especificidades e que aplicam maneiras a atuar diferentes, de acordo com as condições desses alunos, que levam a vida acadêmica paralela a outros afazeres, pois muitos são trabalhadores em período integral e nas horas vagas são alunos.

Indagamos a respeito das políticas públicas, FIES e PROUNI e sobre quais seriam as experiências dos professores com elas e as implicações das mesmas no ensino público. Como principal resposta, obtivemos a objeção ao financiamento do ensino privado com verbas públicas, ressaltando o caráter compensatório.

Abordamos também algumas disparidades entre o ensino público e privado no que tange qualidade na formação do aluno e à quantidade de possibilidades ofertadas e podemos perceber que, segundo a perspectiva dos docentes da Universidade Federal do Paraná que responderam o questionário, há a convicção da qualidade, há também uma crença no aumento da demanda, mas não há como negar o desencanto com a situação atual, tanto em se tratando de estrutura, quanto das barreiras que a instituição tem e impõe aos alunos e apontam a ausência de programas de incentivo a permanência do trabalhador-aluno.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Através deste estudo buscamos compreender as condições em que o trabalhador-aluno desenvolve sua formação acadêmica, considerando sua dupla jornada e as dificuldades inerentes ao estudo no período noturno. Face a esse contexto, buscamos elucidar como o docente lida com as dificuldades e demandas específicas dos trabalhadores alunos.

O ensino superior noturno tem sua história marcada pela elitização: é um subproduto compensatório da educação elitista em horário diurno, de difícil acesso para os estudantes que devem trabalhar. Ele procede de um longo processo de evolução, que teve início no começo do século XX, com cursos voltados para a formação vocacional de trabalhadores, até os dias atuais em que ocorre um processo mais marcado de ingresso da população trabalhadora ao ensino superior. A expansão do ensino superior noturno foi um reflexo de novas demandas por mão-de obra mais escolarizada postas pela sociedade capitalista e também pelas pressões sociais para ampliação do curso. Contudo, sua evolução recente tem ocorrido de mãos dadas com a crescente privatização, ficando a oferta pública de vagas noturnas muito aquém da expansão da demanda. A ampliação de vagas configurou uma parcial melhoria no quadro de redução da desigualdade de acesso ao ensino superior, mas ainda persistem desigualdades significativas nas condições de estudo na medida em que a universidade não consegue amparar completamente a situação do aluno que trabalha.

Identificamos o perfil do trabalhador-aluno das IES, tanto públicas quanto privadas, bem como suas especificidades que se relacionam tanto às condições externas ao estudo – dupla jornada, descolamento, cansaço, como a condições internas - currículo, abordagem pedagógica e condições materiais do local de estudo. O trabalhador aluno é um estudante que dispõe de tempo limitado para estudar, que deve fazê-lo em uma segunda jornada, e que se enfrenta com frequência a condições pedagógicas inflexíveis, não adaptadas a suas circunstâncias.

Considerando o papel do professor na formação do trabalhador-aluno, a literatura aponta sua atuação estratégica, sendo não apenas fonte de conhecimento,

como também criador de condições adequadas para a permanência, estímulo e desempenho do trabalhador aluno.

Com o intuito de explorar mais a fundo o olhar do professor sobre as principais questões que permeiam a formação acadêmica do trabalhador-aluno e o ensino superior noturno, realizamos uma pesquisa empírica com os docentes do curso de pedagogia da UFPR. O estudo de caso mostrou que a Universidade, muitas vezes, ainda é um espaço de negação da existência do trabalhador aluno. Não são todos os docentes que compreendem as condições específicas dos alunos do ensino superior noturno como sujeitos que demandam enfoques e estratégias pedagógicas diferenciadas. Entretanto, a passos lentos esta realidade tende a mudar, como observaram alguns docentes do curso, que afirmaram a presença do tema em discussões do Núcleo Docente Estruturante. Apesar disso, está-se ainda longe de se ter uma estrutura curricular, metodologias, enfim uma ação que englobe toda a vivência pedagógica dos trabalhadores alunos no curso investigado.

Faz-se necessário considerar que a relação docente trabalhador-aluno vai além do simples cumprimento de obrigações acadêmicas, ou seja, não se restringe a ministrar e se fazer presente nas aulas. É necessário que o docente admita a presença do trabalhador-aluno, junto com as barreiras que ele enfrenta e as condições a que este se submete para cursar uma graduação, caso contrário teríamos que admitir um modelo único de ensinar engessado, que por tratar de igual forma alunos em condições diferentes, geraria desigualdades e teria efeitos desiguais na formação dos mesmos.

Observamos, contudo, que muitos docentes percebem as limitações dos alunos, e ensaiam formas de lidar com as dificuldades, apesar de que muitas vezes se veem presos à falta de oportunidades por parte da instituição, ou por uma prática enraizada, que conspiram contra as mudanças.

Compreendemos que teria sido interessante escutar os estudantes e contrapor as perspectivas dos estudantes às ações que os professores dizem fazer para atender os trabalhadores-alunos. Todavia, dadas as limitações de tempo, este trabalho optou por fazer um recorte nos docentes, pois era o aspecto menos estudado na literatura. Incorporar a voz dos estudantes que trabalham se reserva, pois, a planos futuros de pesquisa.

Com tudo, este trabalho não tem como objetivo apresentar respostas concretas, mas apenas problematizar as questões que envolvem a formação do trabalhador aluno. Todavia, iluminar quais são as principais características e os

problemas que assolam a realidade de uma formação superior para os sujeitos que necessitam trabalhar é um passo importante para modificar essa realidade.

Consideramos que a Universidade, juntamente a todo o corpo docente, deve estar em constante reflexão de sua *praxis*, a fim de propiciar uma formação de qualidade a todos, sem criar disparidades entre os alunos que levem ao prevailecimento dos que dispõem de condições que os possibilitem dedicar-se exclusivamente aos estudos.

A busca pela educação superior pelo trabalhador-aluno é uma demanda real e presente na sociedade atual, e portanto, merece ser fonte de reflexão e de atenção. O esforço empregado para conquistar a tão desejada graduação, deve ser valorizado por todos que estão envolvidos com a educação superior.

REFERÊNCIAS

BAUER, C. **Política de expansão do Ensino Superior: a classe trabalhadora vai ao Campus.** Eccos – Revista Científica, v. 8, n. 2. São Paulo, 2006. p. 449-470.
Disponível em:
<http://www.uninove.br/PDFs/Publicacoes/eccos/eccos_v8n2/eccosv8n2_2i09.pdf>
Acesso em: 06 de julho de 2015.

BITAR, M., ALMEIDA, C. E. M. de., VELOSO, T. C. M. A. **Políticas de educação superior: ensino noturno como estratégia de acesso para o estudante-trabalhador.** Revista Educação em Questão, v. 33, n. 19, p. 279-304, Natal, set./dez. 2008. 26 p. Disponível em:
<<http://www.periodicos.ufrn.br/educacaoemquestao/article/view/3937/3204>> Acesso em: 08 de julho de 2015.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil.** Brasília, 1988.
Disponível em: <<http://www.trtsp.jus.br/legislacao/constituicao-federal-emendas>>
Acesso em: 20 de maio de 2015.

BRASIL. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional.** Brasília, 1996. 31 p.
Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/ldb.pdf>> Acesso em: 07 de março de 2015.

BRASIL. **FIES** - Relatório de Gestão. Brasília, 2001. 10p. Disponível em:
http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=17548-fies-relatorio-de-gestao-2000&category_slug=maio-2015-pdf&Itemid=30192
Acesso em: 17 de julho de 2015

BRASIL-MEC. **REUNI.** Brasília, 2009. 17p. Disponível em :
<http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=2069-reuni-relatorio-pdf&category_slug=dezembro-2009-pdf&Itemid=30192> Acesso em:
11 de Agosto de 2015,

BRASIL- MEC. **Planejando a Próxima Década** - Conhecendo as 20 Metas do Plano Nacional de Educação. 2014. 63p. Disponível em:
http://pne.mec.gov.br/images/pdf/pne_conhecendo_20_metas.pdf Acesso em: 24 de setembro de 2015

BORCK, A. P., CORRÊA, F. M. L. **A CONDIÇÃO DO ALUNO TRABALHADOR DO CURSO DE PEDAGOGIA DA UFPR E SUAS IMPLICAÇÕES NA RELAÇÃO TEORIA -PRÁTICA.** Curitiba, 2014. 55p.

CATANI, A.; HEY, A. **A educação superior no Brasil e as tendências das políticas de ampliação do acesso.** Atos de pesquisa em educação, v. 2, n. 3, p. 414-429, set./dez. 2007. Disponível em:
<<http://proxy.furb.br/ojs/index.php/atosdepesquisa/article/view/754/63>> Acesso em 01 de maio de 2015.

CORBUCCI, P. R. **Financiamento e democratização do acesso à educação superior no Brasil: da deserção do Estado ao projeto de reforma.** Educação & sociedade, v. 25, n. 88, p. 677-701, out. 2004. Disponível em:
<<http://www.scielo.br/pdf/es/v25n88/a03v2588.pdf>> Acesso em: 01 de maio de 2015

FILHO, A. T., QUAGLIO, P. **O CENÁRIO URBANO PARA O ESTUDANTE DO ENSINO SUPERIOR NOTURNO NA CIDADE DE SÃO PAULO: TRISTE REALIDADE OU PALCO DE HERÓIS?** São Paulo, 2005. 14p. Disponível em:
<http://www.ipv.pt/millenium/Millenium31/5.pdf> Acesso em: 17 de julho de 2015

FILHO, A. T. **Ensino superior noturno no Brasil: as dificuldades do entorno educacional e a importância do relacionamento social no ambiente educacional.** Revista educação, V. 29, nº. 01, 16 p. São Paulo, 2004. Disponível em:<<http://cascavel.ufsm.br/revistas/ojs2.2.2/index.php/reeducacao/article/viewFile/3868/2231>> Acesso em: 08 de junho de 2015

FILHO, A. T. **Educação Superior no Período Noturno: Impacto do Entorno Educacional no Cotidiano do Estudante.** Marília, 2007. 187p. Disponível em:
<http://dited.bn.pt/31614/2601/3148.pdf> Acesso em: 02 de outubro.

INEP - MEC. **Resumo Técnico Censo da Educação Superior de 2012.** Disponível em:http://download.inep.gov.br/download/superior/censo/2012/resumo_tecnico_censo_educacao_superior_2012.pdf Acesso em: 20 de outubro de 2015

INEP - MEC. **Censo da Educação Superior 2013.** Brasília, 2014. 138p. Disponível em:http://download.inep.gov.br/educacao_superior/censo_superior/apresentacao/2014/coletiva_censo_superior_2013.pdf Acesso em: 19 de outubro de 2015

MELLO, J. S. de., et. al. **Democratização do ensino superior e a inserção do aluno trabalhador: desafios e perspectivas.** XIV Encontro Latino Americano de Iniciação Científica e X Encontro Latino Americano de Pós-Graduação – Universidade do Vale do Paraíba, 2010. 6.p. Disponível em:
<http://www.inicepg.univap.br/cd/INIC_2010/anais/arquivos/RE_0157_0151_01.pdf> Acesso em: 03 de março de 2015.

MOREIRA, C. A., LIMA, F. M., SILVA, P. N. da. **A difícil tarefa de acadêmicos de curso noturno em conciliar trabalho e estudo.** Interdisciplinar: Revista Eletrônica da Univar, nº.6, 2011. p. 51 - 56. Disponível em:

<<http://revista.univar.edu.br/downloads/adifencil-tarefa-dos-academicos.pdf>> Acesso em: 18 de agosto de 2015.

OLIVEIRA, J.F, BITTAR, M. **Ensino superior noturno no Brasil: democratização do acesso, da permanência e da qualidade.** Congresso Ibero-Luso-Brasileiro de Política e Administração da Educação, Portugal/Espanha: ANPAE, 2010. Disponível em: <www.anpae.org.br/iberolusobrasileiro2010/cdrom/52.pdf> Acesso em: 02 de fevereiro de 2015.

PINTO, J. M. R. **O acesso à educação superior no Brasil.** Educação & sociedade, v. 25, n. 88, p. 727-756, out. 2004. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/es/v25n88/a05v2588.pdf>> Acesso em: 02 de março de 2015

BRASIL - **PROUNI** - Bolsistas por turno: Cursos presenciais. Sisprouni, 2015.

Disponível em:

http://prouniportal.mec.gov.br/images/pdf/Representacoes_graficas/bolsistas_por_turno_cursos_presenciais.pdf Acesso em: 08 de julho de 2015

SILVA, T. M. T. da. **Estudante trabalhador e Construção da Autonomia em relação ao Conhecimento: o que fazer diante da realidade dos Currículos Ofertados.** XXII Encontro Estadual de História de ANPUH. Santos, 2014. 13 p.

Disponível em:

<http://www.encontro2014.sp.anpuh.org/resources/anais/29/1406745555_ARQUIVO_EstudanteTrabalhadoreConstrucaoDaAutonomiaemrelacaoaoConhecimento_2_.pdf> Acesso em 09 de julho de 2015.

SOUZA, A. de M. e., FARO, de C. **Crédito Educativo e Ensino Pago: Sugestões para o Financiamento do Ensino Universitário.** IPEA, 1979. 24p. Disponível em: http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/TDs/td_0010.pdf Acesso em: 01 de março de 2015

VARGAS, H. M., PAULA, M. da F. C. de. **A inclusão do estudante-trabalhador e do trabalhador-estudante na educação superior: desafio público a ser enfrentado.** Avaliação, Campinas; Sorocaba, SP, v. 18, n. 2, p.459-485, jul. 2013. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1414-40772013000200012&lng=en&nrm=iso&tlng=pt> Acesso em: 02 de março de 2015.

APÊNDICE

Entrevista com o os professor da Universidade Federal do Paraná do curso de Pedagogia noturno.....	67
---	----

APÊNDICE

ENTREVISTA COM O OS PROFESSOR DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ DO CURSO DE PEDAGOGIA NOTURNO

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ

CURSO: 5 ° ANO DE PEDAGOGIA

NOME: DANIELA BISSANI FURLIN WALESKO

FRANCIELE PALACIO IDALGO

ENTREVISTA PROFESSOR Nº _____

Departamento: _____

Anos de experiência na UFPR: _____

Leciona:

A - Predominantemente Noturno ()

B - Diurno e Noturno ()

C - Predominantemente Diurno. ()

P 1. O sr./ a sra. Considera que os alunos do período diurno e noturno constituem públicos diferentes, com particularidades? Justifique brevemente sua resposta:

P 2. O sr./a sra. considera que os alunos que não trabalham usam o maior tempo disponível para efetivamente estudar mais?

Sim () Não () Não sei ()

P 3. Segundo o sr./a sra., a dupla jornada de trabalho e a falta de tempo dos alunos trabalhadores constituem o principal fator de precariedade na realização do curso superior desses alunos?

(a) Concorda plenamente

(b) Concorda em parte

(c) Discorda

Justifique brevemente sua resposta:

P. 4. Na sua opinião, quais são os fatores que mais precarizam a formação do trabalhador-aluno no ensino noturno? Detalhe:

P. 5 Na sua experiência no Curso de Pedagogia, o sr./a sra. tem participado de discussões para adaptar o currículo e a dinâmica do curso às limitações de tempo dos alunos que trabalham?

Sim () Não ()

Relate brevemente as propostas feitas:

Relate brevemente as propostas efetivamente executadas:

P.6 As alterações realizadas no currículo e dinâmica do curso nos últimos anos tem redundado em melhoria das condições de estudo dos trabalhadores-alunos? Explique:

P 7. O sr./ a sra. Em sua forma de trabalho utiliza métodos pedagógicos diferentes nos períodos diurno e noturno, considerando que os alunos do período noturno chegam mais cansados? Em caso afirmativo como realiza esta adaptação e em quais momentos? Relate Brevemente:

P. 8 Que elementos você considera positivos para a formação do aluno advindos de sua condição de trabalhador-aluno? Relate brevemente:

P. 9 Diante a maior oferta de ensino superior noturno na esfera privada, o Sr, a Sra, considera que a universidade pública ainda é capaz de promover uma formação de maior qualidade do aluno que trabalha? Por que?

P 10. Considerando sua experiência nesta rede de ensino, quais são suas opiniões acerca de políticas como o PROUNI e FIES?

P 11. O sr/sra, concorda com a afirmação que tais programas de incentivo ao ensino noturno particular são apenas compensatórias? Relate suas considerações brevemente:

P.12. Na sua prática como professor de trabalhadores-alunos, quais tem sido suas principais estratégias para incentivar a permanência do aluno no curso? Comente brevemente:

P. 13 Como o sr./a sra. julga estar as condições da estrutura da UFPR, a iluminação, ventilação, etc e como elas influenciam para que a instituição seja um ambiente estimulante pra os alunos? Comente:

P.14. O sr, a sra considera que a UFPR oferece condições adequadas que estimulem a permanência do aluno no curso? Comente brevemente:
